



Ensino e ética em debate

O I Simpósio de Ética e Educação Continuada vai ocorrer nos dias 20 e 21 de agosto, no auditório do CRM-PR, em Curitiba. A coordenação dos trabalhos é da Comissão de Ensino Médico e vai congrega estudantes e coordenadores de residência médica e de cursos de todas as sete escolas médicas do Paraná.

Páginas 10 e 11



J O R N A L D O

CRM PR

Órgão Informativo do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Ano VIII • N.º 63
Maio a Agosto / 2004

www.crmpr.org.br
e-mail: jornal@crmpr.org.br

IMPRESSO ESPECIAL

3600137001/2001-DRI/PR
CRM/PR

---CORREIOS---

Fixadas estratégias para o êxito do movimento médico

O Encontro dos Conselhos do Sul/Sudeste fixou as estratégias para o movimento médico nacional, com destaque para a implantação da Classificação Hierarquizada, a luta pelo ato médico e defesa do ensino de qualidade. As posições, contidas na Carta de Minas, foram ratificadas no Encontro dos Conselhos do Norte/Nordeste, realizado no final de julho, em Recife. No Paraná, prevalecem as decisões assumidas em assembléia de abril. A Comissão Estadual de Honorários vem realizando reuniões periódicas, sobretudo com associações de especialidades,

com o propósito de estimular a mobilização avançar nas negociações, que encontram estágios diferentes entre os segmentos de saúde suplementar. Já a tramitação do PL 3466/2004, que fixa critérios para edição de lista de honorários médicos no âmbito nacional, está sendo retardada por pressão das operadoras de saúde. As entidades médicas já estão cobrando dos parlamentares o compromisso assumido no Congresso, de lutar pela urgência e aprovação do projeto, de autoria do deputado Inocêncio Oliveira.

Páginas 2 (editorial), 3, 4, 5 e 6



Presidente do Conselho do Paraná falou sobre a organização do movimento médico.



Reunião na Sede do Conselho para debater a CBHPM, uma constante nos últimos três meses.



Presidente do CFM discursa no Congresso, no histórico encontro que reuniu cerca de 700 médicos.



Presidentes dos Conselhos do Sul e Sudeste e do CFM, na composição da mesa do encontro em Minas.

A medicina está a serviço de quem e para quem?

O Código de Ética Médica em vigência tem como texto em seu art. 1.º: "A medicina é uma profissão a serviço da saúde do ser humano e da coletividade e deve ser exercida sem discriminação de qualquer natureza".

O médico é um trabalhador do conhecimento, sendo sua profissão baseada no relacionamento entre pessoas. Por séculos a relação médico-paciente e suas famílias fundamenta-se na confiança que sempre foi conquistada por médicos, os quais colocam, na sua arte de atender pessoas, valores como a solidariedade, o acolhimento, o respeito, o direito à informação, o sigilo e o respeito.

Este saber ouvir e disposição para socorrer se completa quando, no exame físico do paciente, o toque entre duas pessoas consolida um ritual de atenção organizado, onde a confiança se alia à esperança e a crença da recuperação.

Mas neste cenário existem muitos outros atores ou até autores.

Ofascínio da tecnologia tende a afastar o médico de seu paciente. A influência da indústria farmacêutica e de equipamentos na formação acadêmica do médico está presente, valorizando a especialização, a lógica do utilitarismo científico e mercantil. De forma concomitante, há uma desvalorização do rico mundo de interações simbólicas envolvendo

médicos e pacientes. Ao permitir a perda de espaço da relação médico-paciente nos seus atendimentos, o médico permite que seu trabalho artesanal sofra o mesmo processo.

As conseqüências deste cenário seguem uma evolução. Ao ponderarmos valores para um atendimento médico, dois grandes componentes se evidenciam: o trabalho artesanal do médico e os recursos tecnológicos disponíveis. Por sua vez, a equivocada aplicação da lógica de mercado na medicina faz com que a tecnologia mantenha seus objetivos de lucro e retorno do capital investido, ocasionando uma opressão ao trabalho médico e a sua conseqüente desvalorização.

As dificuldades não param! Além da referida desvalorização do trabalho médico, os administradores, intitulados gestores, intermedeiam a oferta do trabalho médico e a demanda dos pacientes, com a tendência de transformar o trabalho médico em produto e de tomar o nosso paciente um usuário ou consumidor. Estes administradores influenciam na agenda de consultórios médicos, induzem a alterações de comportamento como o objetivo de controle financeiro e, finalmente, de forma paradoxal à sua lógica de mercado, querem determinar valores a quem presta serviço.

Prezados colegas, vivemos um momento crítico de nossa pro-

fissão. O que descrevemos retrata o médico como um componente da cadeia de produção de bens e serviços de saúde.

Só existirão mudanças estruturais se o médico assumir seu papel de coordenar e determinar os serviços de promoção, assistência e recuperação da saúde.

Ao defendermos o poder dos médicos em determinar o seu trabalho, o fazemos visando a proteção do paciente, para que a medicina seja exercida disponibilizando uma excelência de qualidade aos cidadãos e dignidade ao trabalho médico. Contestamos o poder sobre o médico, com vistas à mercantilização da medicina.

Os médicos devem ter esta consciência para que, unidos, possam reverter esses processos. Consideramos que o principal valor da nossa profissão é a relação de confiança com nossos pacientes e suas famílias, o que os economistas chamam de valor agregado.

O caminho é a valorização da relação médico-paciente. Precisamos de uma nova postura, uma nova atitude.

Médicos e pacientes devem deixar de serem espectadores e recriar uma associação comum, para juntos enfrentarem problemas comuns.

**Cons. Donizetti Dimer
Giamberardino Filho,**
presidente do CRM-PR

expediente

CRM PR

Jornal do Conselho Regional de Medicina do Paraná

Conselho Editorial

Donizetti Dimer Giamberardino Filho (coordenador), Luiz Sallim Emed, Gerson Zafalon Martins, Ehrenfried Othmar Wittig, João Manuel Cardoso Martins e Hernani Vieira

Diretoria

Presidente: Cons Donizetti Dimer Giamberardino Filho / **Vice-Presidente:** Cons. Helcio Bertolozzi Soares / **1.ª Secretária:** Cons. Raquela Rotta Burkiewicz / **2.ª Secretária:** Cons. Mauri Jose Piazza / **Tesoureiro:** Cons. Gerson Zafalon Martins / **Tesoureiro-Adjunto:** Cons. Roberto Bastos da Serra Freire **Corregedor:** Cons. Carlos Roberto Goytacaz Rocha **Corregedor-Adjunto:** Cons. Luiz Sallim Emed.

Conselheiros

Alexandre Gustavo Bley, Antonio Techy, Carlos Edmundo Rodrigues Fontes, Carlos Ehke Braga Filho, Carlos Puppi Busetti Mori, Carlos Roberto Goytacaz Rocha, Célia Inês Burgardt, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, Edgard Luiz Westphalen, Ewolda Von Rosen Seeling Stahlke, Fernando Meyer, Gerson Zafalon Martins, Helcio Bertolozzi Soares, Helio Delle Donne Junior, Joachim Graf, José Luis de Oliveira Camargo, Kemel Jorge Chammas, Lucia Helena Coutinho dos Santos, Luiz Antonio de Melo Costa, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed, Marcelo da Silva Kaminski, Marco Antonio do Socorro M. Ribeiro Bessa, Marcos Flavio Gomes Montenegro, Marília Cristina Milano Campos, Mario Stival, Marta Vaz Dias de Souza Boger, Mauri Jose Piazza, Maurício Marcondes Ribas, Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Monica de Biase Wright Kastrop, Paulo Roberto Mussi, Raquela Rotta Burkiewicz, Roberto Bastos da Serra Freire, Romeu Bertol, Roseni Teresinha Florencio, Sergio Maciel Molteni, Sergio Ossamu Ioshii, Wadir Rupollo (falecido), Wanderley Silva, Wilmar Mendonça Guimarães e Zacarias Alves de Souza Filho.

Membros Natos

Dr. Duitton de Paola, Dr. Farid Sabbag, Dr. Luiz Carlos Sobania, Dr. Wadir Rupollo (falecido em 23/05/04) e Luiz Sallim Emed
Consultor Jurídico: Antonio Celso Cavalcanti de Albuquerque
Assessores Jurídicos: Afonso Proença Branco Filho e Martim Afonso Palma

Sede - Curitiba / Regionais da Saúde Estadual: Curitiba / Curitiba Norte / Curitiba Sul / Paranaguá

Rua Victorio Viezzer, 84, bairro Vista Alegre / 80810-340 - Curitiba - PR / Fone: (0xx41) 240-4000 / Fax: (0xx41) 240-4001 - e-mail: crmpr@crmpr.org.br

-Delegacia Regional de Apucarana

Rua Dr. Oswaldo Cruz, 510 - sala 502 / Edifício Palácio do Comércio - Centro / 86800-720 - Apucarana-PR/ Fone: (0xx43) 424-1417 / e-mail: apcrmpr@onda.com.br

-Delegacia Regional de Campo Mourão

Av. Capitão Índio Bandeira, 1400 sala 412 - Centro / 87300-000 - Campo Mourão-PR / Fone/fax: (0xx44) 525-1048 / e-mail: cmcrmpr@onda.com.br

-Delegacia Regional de Cascavel

Rua Senador Souza Naves, 3983 - sala 705 / Edifício Comercial Lince - Centro / 85801-250 - Cascavel- PR / Fone/fax: (0xx45) 222-2263 / cvcrmpr@onda.com.br

-Delegacia Regional de Foz do Iguaçu

Rua Almirante Barroso, 1293 - sala 604/ Cond. Centro Empr. Pedro Basso / 85851-010 - Foz do Iguaçu - PR / Fone/fax: (0xx45) 572-4770 / ficrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Guarapuava

Rua Barão do Rio Branco, 779, sala 07 - Centro / 85.010-040 - Guarapuava-PR/ Fone/fax: (0xx42) 623-7699 / gpcrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Londrina

Av. Higienópolis, 32 sala 1403 / Cond. Empr. Newton Camara / 86020-040 - Londrina-PR / Fone: (0xx43) 3321-4961 / Fax: 3339-5347 / ldcrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Maringá

Ruas das Azaleias, 209 / 87060-040 - Maringá- PR / Fone/fax: (0xx44) 224-4329/ e-mail: mgcrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Pato Branco

Rua Ibipora, 333, sala 401 - Centro / 85501-280 / Fone/fax: (0xx46) 225-4352 / e-mail: pbcrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Ponta Grossa

Rua XV de Novembro, 512 sala 76 - Centro / 84010-020 - Ponta Grossa-PR/ Fone/fax: (0xx42) 224-5292 / pgcrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Toledo

Rua Santos Dumont, 2705 - Centro / 85900-010 - Toledo-PR / Fone/fax: (0xx45) 252-3174 / e-mail: tdcrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Umuarama

Praça da Bíblia, 3336 - sala 302 / Edifício Cemed - Zona 01 / 87501-670 - Umuarama-PR / Fone/fax: (0xx44) 622-1160 / e-mail: umcrmp@onda.com.br

-Delegacia Regional de Fronteira de Rio Negro/Mafra

Rua Nicolau Bley Neto, 100 - 83880-000 - Rio Negro-PR Fone/Fax: (0xx47) 643-6140

Presidente: Dr. Jacy Gomes

Jornalista responsável: Hernani Vieira - Mtb 993/06/98V-PR / Assistente editorial: Priscila P. J. Naufel / Fotos: Joel Cerizza, Miro Matak e Marcio Arruda (CFM) / Editoração: Upper Comunicação (0xx41) 252-0674 / Fotolito e Impressão: Serzgraf / Tiragem: 17.000 exemplares.

Encontro dos Conselhos define estratégias para movimento médico

O XVI Encontro dos Conselhos Regionais de Medicina das Regiões Sul e Sudeste foi realizado de 23 a 26 de junho, em Belo Horizonte. Estiveram em debate os temas de maior relevância à atividade médica na atualidade, com destaque para a definição de novas estratégias visando a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos, a luta pelo ato médico, escolas médicas e a violência urbana. Do evento foi celebrada a "Carta de Minas", que extratifica toda a mobilização dos médicos brasileiros e está sendo publicada na íntegra.

Além de presidentes e conselheiros dos sete Conselhos de Medicina das Regiões, participaram do encontro os presidentes da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), Fausto Pereira dos Santos; do CFM, Edson de Oliveira Andrade; da AMB, Eleuses Vieira de Paiva; e da Abem, José Guido Corrêa de Araújo. O Paraná esteve representado pelo presidente Donizetti Dimer Giamberardino Filho, pelo vice Hécio Bertolozzi Soares, e ainda pelos conselheiros Miguel Ibaim Abboud Hanna Sobrinho, Alexandre Gustavo Bley, Carlos Puppi Buseti Mori, Carlos Ehlke Braga Filho, Luiz Ernesto Pujol, Luiz Sallim Emed.

Na condição de presidente da Comissão Estadual de Honorários Médicos, Hécio Bertolozzi Soares, foi o relator do painel de discussão sobre a implantação da CBHPM, no dia 24, quando pôde falar de todo o trabalho realizado no Paraná e que acabaria ajudando a subsidiar a elaboração da "Carta de Minas". Na mesma data, o presidente do CRM-PR, presidiu a mesa de debate que versou sobre sobre "Organização do Movimento Médico no Brasil - Realidade e Perspectivas". O palestrante foi o secretário-geral do CFM, Rubens dos Santos Silva.

Em âmbito nacional, para discussão da implantação da CBHPM, o CRM-PR esteve representado nos Encontros dos Conselhos de Medicina do Norte/Nordeste, em Natal, do CFM, em Recife, e na Câmara Federal, em Brasília.

Mobilização histórica

Cerca de 700 médicos de todo o Brasil participaram de histórico encontro no Congresso Nacional, em 15 de junho, visando destacar o movimento pela implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) no sistema de saúde complementar e seu real significado para a valorização do trabalho médico e a garantia de uma assistência de qualidade aos cidadãos. Foram reunidos líderes de todos os partidos, membros da Frente Parlamentar da Saúde e representantes de todas as entidades médicas estaduais. Os participantes usaram jalecos brancos para destacar a mobilização, que produziu ampla repercussão em todo o país. O Paraná esteve representado por alguns de seus conselheiros, incluindo o presidente e o vice. O deputado Rafael Guerra, da Frente Parlamentar de Saúde, e os presidentes do CFM e AMB, Edson de Oliveira Andrade e Eleuses de Paiva Vieira coordenaram o encontro. Eles também tiveram, na mesma data, audiência com o ministro da Saúde, Humberto Costa, e o presidente da ANS, Fausto Santos.

Câmaras técnicas

Representantes da AMB, CFM e da Unimed Brasil estiveram reunidos em São Paulo, no dia 20 de julho, quando firmaram parceria com o objetivo de implantar a Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos nas cooperativas. Já com a adesão da Unidas, a partir de agosto as câmaras técnicas

estarão trabalhando para otimizar os custos das cooperativas e viabilizar a implantação da CBHPM. A Câmara de Órteses e Próteses discutirá aspectos éticos e econômicos do setor de saúde, enquanto a Medicamentos abordará a política em vigência. A terceira, de Incorporação de Tecnologia, avaliará a importância da incorporação de novos procedimentos na área de saúde. Além dessas câmaras técnicas, as entidades vão incentivar adoção do Projeto Diretrizes, elaborado pela AMB e CFM em conjunto com as sociedades de especialidades. Atualmente, o Projeto conta com 80 diretrizes impressas em dois volumes e cerca de 200 já finalizadas, cuja função principal é atualizar o médico e otimizar recursos para o setor sem perda de qualidade na assistência.

Comissão se reúne em SP

A Comissão Nacional de Implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos esteve reunida no dia 28 de julho, na sede da AMB, em São Paulo, para avaliar o movimento da classe médica. Dentre os vários itens da pauta, o coordenador da Comissão, Lincoln Freire, apresentou o estudo realizado pela Sociedade Médica de Uberlândia (MG) e pela Unimed Uberlândia que viabiliza a implantação da CBHPM na cooperativa. Os autores do trabalho, Rasmão Cardoso Sobrinho e Pascoal Lourecchio, serão convidados para expor detalhes da proposta, em data a ser definida. A próxima reunião da Comissão está agendada para 18 de agosto.

Abrange e negociações

Após reunião em 29 de julho, intermediada pela ANS, a Abrange comunicou o CFM e AMB da disposição de retomada das negociações, através de "protocolo de entendimento". A Associação e o Sindicato anunciaram que irão recomendar às empresas

associadas para que adotem a Classificação. Propõe, ainda, que sejam criadas câmaras técnicas de âmbito das regiões para a dis-

cusssão de valores de remuneração, "repetitando-se o porte e a especificidade das empresas de medicina de grupo.

Reunião com o ministro da Saúde e presidente da ANS, em Brasília.



No dia 15 de junho, encontro histórico de médicos no Congresso.



Hécio Bertolozzi, no Encontro Sul/Sudeste. Ele falou sobre o movimento no Paraná.



Encontro em Minas ratificou os nimos da mobilização dos médicos.



Na sede do CRM, reunião realizada com representantes das Unimeds.



Carta de Minas

A crise que se abate sobre o sistema de saúde brasileiro, para além de suas mazelas, produziu um ganho estratégico histórico: a clara percepção de que a saída de tal crise se fará pela ação solidária entre médicos e população. Um eventual insucesso desta parceria lançaria o destino da assistência médica no país nas mãos do sistema financeiro e das grandes corporações, em detrimento dos interesses maiores da sociedade e da cidadania. A hora é agora. O médico sempre esteve ao lado do paciente e é, portanto, fundamental que se leve a ele as informações sobre a natureza do movimento médico e suas bandeiras.

Reunidos em Belo Horizonte, de 23 a 26 de junho de 2004, representantes de praticamente todos os conselhos do país analisaram o momento crucial por que passa o movimento médico, onde assuntos como ato médico, avaliação das escolas médicas, Implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos e organização do Movimento Médico estão sendo debatidos em todo o país.

Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos

A CBHPM é reconhecida como balizadora do exercício ético e técnico do profissional médico. Recomendações:

- Não transigir em datas, prazos e valores. Implantação integral.
- Maior rigor dos CRM's junto a colegas, incluídos os diretores técnicos de hospitais e organizações médicas, que se mostrem resistentes à implantação da CBHPM.
- FENASEG – implementar o atendimento pelo sistema de reembolso, de acordo com os valores determinados pela CBHPM, nos Estados que ainda não o fizeram.
- ABRAMGE - estabelecer o processo de descredenciamento coletivo, caso mantenha sua intransigência nas negociações

pela implantação da CBHPM.

- UNIMED – definir cronograma de implantação até final de julho de 2004.
- UNIDAS – intensificar negociação e exigir cronograma de implantação
- Contratos – não assinar propostas enviadas pelas operadoras de saúde até que se defina um contrato padrão (ANS/CFM/AMB/FENAM), documento que deve ser providenciado com urgência. Comunicação efetiva e direta aos médicos dos riscos de assinatura de contratos neste momento.
- Colocar à disposição exemplares impressos da CBHPM, sem custo para os médicos, em acordo com a AMB.
- Incentivar as ações políticas junto ao Congresso Nacional e à Frente Parlamentar da Saúde para garantir resultados imediatos na votação do Projeto de Lei do deputado Inocêncio de Oliveira.
- Aproximação das entidades médicas da nova direção do CADE a fim de dar os esclarecimentos que se fizerem necessários sobre o movimento pela implantação da CBHPM.

• Estabelecimento, pelas assessorias jurídicas do CFM/AMB, de orientação aos CRMs sobre a estratégia de defesa contra ações civis públicas. Desenvolver a blindagem jurídica como medida de proteção contra o descredenciamento unilateral pelas operadoras de saúde.

Ato Médico

O movimento médico dá total apoio à proposição legislativa que define o Ato Médico e confere competência ao Conselho Federal de Medicina (CFM) para fixar sua extensão e natureza (projeto de lei do Senado nº 25, substitutivo de 2002). Foram aprovadas as seguintes propostas:

- Programa de Saúde da Família – discutir especialmente a formação da equipe e a participação dos médicos. Discutir a

proposta da Sociedade Brasileira de Pediatria como referencial junto ao Ministério da Saúde.

- Os Conselhos de Medicina deverão editar resoluções pontuais, na medida do acontecimento do fato impedindo a delegação de atos médicos a não médicos.
 - Esclarecer os estudantes de medicina sobre a importância do ato médico e a aprovação do Projeto de Lei referente.
 - Estimular os assessores jurídicos dos Conselhos de Medicina a aprofundarem as questões jurídicas relativas ao ato médico.
 - Estimular a criação de comissões de prerrogativas do médico.
 - Desenvolver campanha junto à população sobre os riscos do atendimento por profissionais não habilitados para o ato médico.
- Foi proposto o comparecimento de representantes dos Conselhos Regionais de Medicina no Senado Federal na semana seguinte ao encontro quando será apreciado, pela Comissão de Constituição e Justiça, o projeto de lei do Ato Médico.

Escolas Médicas

A abertura de novas faculdades de medicina assumiu proporções calamitosas. Em menos de 10 anos, as escolas se multiplicaram. A maioria surgiu apenas com objetivos mercantilistas, sem corpo docente qualificado e sem projeto pedagógico adequado.

É necessário deixar claro que a saúde da população corre risco, ao ser entregue a profissionais sem a devida qualificação. Muito nos preocupa a existência de mais de 40 novos pedidos de abertura de faculdades, passíveis de aprovação, sem uma discussão mais ampla, envolvendo os médicos e a sociedade. Os processos devem ser avaliados de acordo com sua real necessidade social e devida adequação às determinações legais. O princípio constitucional da participação da

saúde na ordenação da formação de recursos humanos nesta área precisa ser resgatado.

Antes, necessário se faz uma rigorosa avaliação das condições de funcionamento das já existentes, fechando aquelas que não tenham condições de oferecer um ensino médico ético e de qualidade. Deve haver ênfase na formação humanística do médico, aprofundando o ensino da ética e da bioética.

Para tanto, o movimento médico deve se preparar para questionar nas devidas instâncias jurídicas as faculdades que funcionam ao arripio da lei, bem como o exercício ilegal da medicina por estudantes formados em faculdades estrangeiras, sem a revalidação dos diplomas em faculdades públicas brasileiras. Convênios com os Ministérios Públicos Estaduais são de fundamental importância.

As entidades médicas precisam acompanhar a discussão travada no Conselho Nacional de Educação, onde se tenta diminuir a carga horária de formação do médico, e também participar, aprimorando-o, do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (Lei 10.861), em tramitação no MEC.

As Entidades Médicas devem organizar, no segundo semestre deste ano, um Seminário Nacional de Avaliação do Ensino Médico e um Encontro Nacional sobre o Exame de Habilitação. Nestes eventos tomaremos posição sobre questões polêmicas hoje, como a avaliação seqüencial dos estudantes e escolas de medicina e a implantação de Exame de Certificação e de Recertificação.

Organização do Movimento Médico

As dificuldades em que atuam os médicos atualmente deixam em destaque a necessidade de uma maior organização, eficiência e influência do movimento médico nacional. Nesse sentido,

“O Movimento pela implantação da CBHPM é permanente, independente dos resultados obtidos, em defesa da dignidade da profissão médica.”

se aproximam o Conselho Federal de Medicina, a Associação Médica Brasileira e Federações Médicas sindicais, com o objetivo de unificação das entidades. São necessários, para tanto, os seguintes passos:

- Organizar um conselho federal de entidades médicas e seus respectivos conselhos superiores estaduais, compostos pelo CFM, AMB, federações sindicais e seus representantes regionais. Seria criado, assim, de fato antes que de direito, o esboço da nova instituição.
- Estruturar, através das assessorias jurídicas das entidades, em conjunto com instituições já organizadas (OAB), sustentação legal para implantação do projeto.
- Propor às entidades médicas ações conjuntas sempre que possível.
- Encaminhamento pelo CFM do ante-projeto de entidade única às entidades regionais para se organizar um Encontro Nacional em novembro próximo, a se realizar em Vitória (ES), para análise e tomada de decisões.
- Garantir, sempre, a participação do movimento sindical
- Recomendar às entidades médicas, inclusive sociedades de especialidades, que interajam com a base médica no sentido de informar e discutir o novo projeto, auscultando também sua expectativa com a nova entidade.
- Manter entre as entidades médicas compromisso com as decisões assumidas em conjunto, no sentido de sempre fortalecer resoluções consensuais
- Garantir, através de políticas permanentes, a credibilidade institucional da nova entidade e sua integridade junto à avaliação da classe médica.

Declaração

O Movimento pela implantação da CBHPM é permanente, independente dos resultados obtidos, em defesa da dignidade da profissão médica.

Implantação da Classificação ingressa em fase decisiva

Nos últimos três meses (de maio a julho), o Conselho Regional de Medicina do Paraná teve participação em quase meia centena de eventos – em sua maioria no Estado – visando consolidar o movimento pela valorização do trabalho médico, que tem como principal referência a implantação da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos. A coesão das entidades médicas e dos próprios profissionais, com respaldo das sociedades de especialidades, tem sido cada vez mais evidente, contribuindo para significativos avanços nas negociações com as operadoras de saúde. Contudo, a relutância de algumas empresas em reconhecer os avanços tecnológicos na Medicina e as perdas que os médicos tiveram de absorver por mais de uma década sem reajustes, tem levado à adoção de medidas de contundência.

O presidente da Comissão Estadual de Honorários Médicos, Hécio Bertolozzi Soares, esclarece que ainda prevalecem as decisões tomadas na assembleia geral dos médicos, em 15 de abril. A principal delas refere-se ao atendimento dos usuários de seguros-saúde somente no sistema de reembolso, o que vale a partir de 1º de maio. A intransigência da Fenaseg (Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados) em negociar a implantação da CBHPM acabou determinando a recomendação de que seja cobrado o valor de R\$ 50,00 dos segurados, valor idêntico ao praticado pelo Sinam nas consultas desde novembro de 2003. Para os demais procedimentos, deliberou-se pela cobrança da banda máxima da Classificação, com emissão do respectivo recibo para que o paciente busque o ressarcimento. A decisão foi levada

antecipadamente pelo Conselho e demais entidades médicas ao Ministério Público, Procon e outras instituições de defesa do consumidor.

Descrédenciamento?

Na questão dos cerca de 245 mil usuários de 11 seguradoras que atuam no Paraná, a polêmica se acentuou diante dos abusos praticados na atualização das mensalidades nos planos anteriores à vigência da Lei 9.656/98. Com aumentos que chegaram até a 80%, as seguradoras se viram diante de pressão da Agência Nacional de Saúde Suplementar, Procon e dos consumidores, pois fragilizou o argumento de aumento acumulado dos custos pela constatação de que os valores pagos aos médicos estão “engessados” há mais de oito anos. A posição dos médicos paranaenses em relação às seguradoras foi reforçada com manifestações idênticas registradas em vários estados, com destaque para a capital paulista, onde os médicos decidiram boicotar oito seguradoras a partir de 30 de julho, também adotando o sistema de reembolso. O valor da consulta foi fixado em R\$ 42,00, que é o patamar médio da Classificação. O movimento em São Paulo será reavaliado em 17 de agosto.

De acordo com o presidente da Comissão Estadual de Honorários, a radicalização está muito perto de alcançar os usuários das 17 empresas representadas pela Abramge, também por absoluta intransigência de sua representatividade regional em negociar a CBHPM. Como resultado das sucessivas reuniões realizadas nas últimas semanas com as sociedades de especialidades, Hécio Bertolozzi Soares avalia uma ameaça real a possibilidade de descrédenciamento coletivo do sistema de medicina de grupo, que

poderia comprometer a assistência aos beneficiários – cerca de 390 mil conforme a Associação ou a metade, considerando os contratos da rede médica conveniada. Tal medida já foi adotada pelos médicos mineiros. Em assembleia geral realizada em meados de julho, eles deliberaram pelo descrédenciamento coletivo imediato de 41 dos 52 planos de saúde ligados à Abramge-MG. Foram poupadas 11 empresas que acenam com a aplicação do rol de procedimentos.

Autogestão sob risco

Apesar da incorporação da Unidas/Assepas à recém-criada comissão nacional, que reúne CFM, AMP e Unimeds e visa debater mecanismos para a implantação da CBHPM, Hécio Bertolozzi diz que as negociações de âmbito do Paraná ainda não prosperaram a contento. De acordo com ele, ainda não foi descartada a hipótese de se notificar a Promotoria de Defesa do Consumidor para cumprir o prazo de 30 dias e começar a cobrar também no sistema de reembolso dos usuários de algumas das 24 operadoras de autogestão, como Cassi/Banco do Brasil, Caixa Federal, Correios, Petrobras, Copel, Sanepar e Susef. Tais planos representam cerca de 325 mil usuários no Paraná. O presidente da Comissão de Honorários lembra que a Unidas já reconheceu a legitimidade da Classificação, mas recuou após importantes avanços nas negociações visando a contratualização. Em alguns Estados já houve acordo.

Para o sistema cooperativo médico, o atendimento continua sendo normal para os cerca de 1 milhão de usuários das 22 unidades paranaenses. As entidades médicas do Estado, a Federação das Unimeds e a Unimed Curitiba constituíram um grupo de traba-

lhado de âmbito regional, que já vem discutindo a ação conjunta voltada à implantação da Classificação. Bertolozzi Soares ressalta a ativação das câmaras técnicas que começam a atuar já em agosto, visando planejar a compatibilidade do rol de procedimentos na esfera das cooperativas. No âmbito do Paraná, diz, continuarão sendo realizadas as reuniões dos grupos de trabalho com as sociedades de especialidades. Além de uma sucessão de debates no CRM e na AMP, o presidente da Comissão destaca que várias reuniões ocorreram em importantes regiões do Estado, como Londrina, Cascavel, Maringá, Foz do Iguaçu e Guarapuava, dentre outras.

A ganância dos planos

Conforme dados da ANS e das operadoras, o universo de usuários de planos de saúde no Paraná se aproxima de 2 milhões. Do total, 918.713 têm contratos anteriores a janeiro de 1999 e, antes da opção da migração para estar protegidos pela Lei dos Planos (9.656), viram-se sob ameaça de aumentos abusivos. Hécio Bertolozzi Soares, também vice-presidente do CRM e diretor de convênios da Associação Médica, aplaudiu a decisão da Justiça, que acolheu ação ajuizada pelo governo contra os aumentos impostos pela Itausseg, Sul América e Bradesco. A liminar é extensiva a todos os planos, ficando limitado ao percentual de reajuste de 11,75% fixado pela Agência. O descumprimento da lei prevê multa diária de até R\$ 1 milhão. Até que o mérito das questões seja julgado, avalia Bertolozzi, a expectativa é de que o setor de saúde supletiva seja tomado por regras mais claras.

O presidente da Comissão de Honorários é crítico em relação à ganância possibilitada às opera-

doras, que praticaram aumentos de 418% em uma década, justificando aumentos de custos mas sem nada repassar aos prestadores de serviços. Destaca que somente no período de janeiro de 1997 a abril deste ano, as operadoras promoveram aumentos de 248,77% nas mensalidades dos planos, enquanto o Índice de Custo de Vida estimado pelo Dieese no período foi de 72,63%. Para ele, a implantação da Classificação não é só um instrumento capaz de corrigir tais distorções, conduzindo a uma remuneração ética e digna, mas uma forma assegurar os princípios de equidade, justiça, universalidade e disponibilidade de todos os atos médicos em benefício do paciente. “Não deve haver discriminação quanto ao tipo de assistência prestada ao paciente”, decreta, ressaltando que os avanços técnico-científicos devem estar à disposição.

Bertolozzi Soares destaca que no recente encontro dos Conselhos de Medicina, realizado em Minas, o presidente da ANS, Fausto Pereira dos Santos, deixou clara sua posição de que é atribuição das entidades médicas representativas definir prazos e datas para recomposição das perdas dos últimos 10 anos. Ao mesmo tempo, diz, o presidente da Agência declarou ser absolutamente correta em sua interpretação social e que os valores praticados pelas operadoras estão muito aquém daqueles que entende ser éticos. Observa ainda o Dr. Bertolozzi que as orientações da Comissão de Honorários prendem-se exclusivamente a aspectos envolvendo atos médicos. “Aos profissionais médicos é dada total autonomia de decisão sobre as condições de atendimento. Contudo, é indispensável que estejam atentos aos preceitos estabelecidos pelo Código de Ética”.

Ato médico e a regulamentação da atividade profissional

Os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram em 30 de junho o relatório do senador Tião Viana (PT-AC), favorável ao projeto de lei que define o ato médico (PLS 25/02) na forma do substitutivo que apresentou. A matéria seguiu à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde tramita em caráter terminativo.

O ponto mais polêmico do texto de Tião Viana é a restrição da prescrição terapêutica apenas ao médico, o que causou a reação de profissionais de outras áreas da saúde presentes à Comissão. O substitutivo do senador Tião Viana também torna privativas de médicos as funções de coordenação, chefia, direção técnica, perícia, auditoria e supervisão de ensino vinculadas à profissão. De acordo ainda com o projeto, que tem apenas cinco artigos, “o médico deve ter em vista a promoção da saúde, prevenção, diagnóstico e tratamento de doenças e reabilitação dos doentes”.

O senador, que é médico, concorda que a matéria é controversa. Assim, defende que a discussão sobre o mérito da proposta seja feita na CAS, que, segundo ele, deverá promover três audiências

públicas sobre o assunto. “Temos um vácuo legal por não legislar sobre a matéria e ordenar as atividades médicas. Hoje, são 14 profissões em práticas que envolvem a saúde. A questão interdisciplinar tem trazido polêmicas e disputas de mercado. Não parece justo que médicos não tenham direito de ter uma lei normatizadora das suas atividades, com regras claras”, manifestou o parlamentar ao apresentar seu relatório, uma semana antes. Ressalta ainda que, hoje, se um médico prescreve uma dieta ou aplica uma injeção no paciente, ele pode ser condenado judicialmente por haver entrado na área de competência de nutricionistas e enfermeiros.

Edson de Oliveira Andrade, presidente do Conselho Federal de Medicina, destaca que “a classe médica já vem conversando com os conselhos e com os sindicatos de outras profissões sobre este projeto de lei há muito tempo. Estamos ‘negociando’ a sua aprovação. Só não podemos abrir mão do nosso núcleo profissional: o diagnóstico e o tratamento de doenças”. Para o coordenador da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, conselheiro federal Mauro Brandão Carneiro, a aprovação do projeto

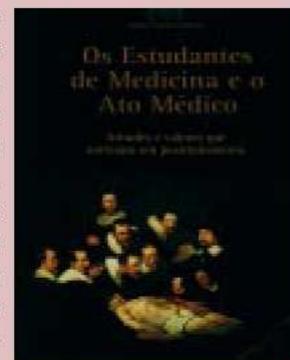
na CCJ significa um grande avanço para a medicina. “Conceber uma Medicina sem médicos habilitados não é um debate acadêmico. É a aplicação acrítica do receituário neoliberal do Banco Mundial, segundo o qual os gastos públicos devem ser orientados para ajudar os mais pobres, aplicando-os em programas de baixo custo e alta eficácia”.

Antes da votação do relatório, a CCJ rejeitou requerimento do senador Demóstenes Torres (PFL-GO) que solicitava informações ao ministro da Saúde, Humberto Costa, acerca da possibilidade de a proposta estabelecer uma reserva de mercado à Medicina em prejuízo a outras áreas de saúde regulamentadas, com riscos para a prestação de serviços. O parlamentar chegou a questionar a juridicidade da matéria. O relator, por sua vez, anunciou que as manifestações formais do Ministério da Saúde devem ser apresentadas na CAS.

A Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico mantém a homepage (www.atomedico.org.br): **SIMAO ATO**, que pode ser acessada por médicos e pela sociedade. Estão disponibilizadas as informações mais importantes relativas ao projeto de lei do ato médico.

O que pensam os estudantes

O CFM lançou no início de julho, em Rondônia, o livro *Os Estudantes de Medicina e o Ato Médico - Atitudes e valores que norteiam seu posicionamento*. O evento ocorreu na capital e foi organizado pelo Conselho Regional. Edson de Oliveira Andrade, presidente do CFM, justificou a escolha de Rondônia para o lançamento face a importância do curso de Medicina para a Região Norte. Genário Alves Barbosa, um dos autores do livro, explicou todo o trabalho que desenvolvido junto aos acadêmicos de



dezenas de universidades médicas para que a pesquisa fosse realizada. O conselheiro Alceu Pimentel, também autor do livro e integrante da Comissão Nacional em Defesa do Ato Médico, assinalou que a pesquisa ajudou a desmistificar a ideia de que os estudantes de Medicina seriam contrários ao projeto de Lei do Ato Médico.

Decisões judiciais

Três decisões proferidas recentemente pela Justiça reforçam a convicção de que o diagnóstico de doenças é ato privativo do médico. Por decisão da juíza da 13.^a Vara Federal, Anamaria Reys Resende, foi suspensa a resolução da Anvisa que permitia ao farmacêutico realizar diagnóstico e prescrever medicamentos. Acolhendo proposição do CFM, a juíza decretou sua posição de que “o diagnóstico médico e a prescrição do método ou técnica de cura são atos privativos dos médicos”, reforçando a jurisprudência a respeito. Sobre a Anvisa, a magistrada fixou: “A competência da Agência é restrita ao controle e fiscalização dos produtos e serviços que envolvam a saúde pública.”

O Conselho Federal de Medicina obteve outra vitória judicial com a suspensão da Resolução do Cofen n.º 271/02, que permitia que enfermeiros prescrevessem medicamentos e realizassem diagnóstico livremente. Também a juíza federal Anamaria Resende entendeu que “o enfermeiro não pode prescrever medicamentos, realizar consultas e diagnósticos sem a supervisão de um médico, já que esses atos são privativos de médicos”. A juíza assinalou ainda que o procedimento é irregular, mesmo que a norma especifique que o procedimento é restrito à atuação dos médicos dos programas de saúde da família e rotinas aprovadas em instituições de saúde.

Em decisão datada de 28 de maio, nos autos do agravo de instrumento n.º 2002.01.00.026027-0, o Tribunal Regional Federal da 1.^a Região foi enfático em expressar que a acupuntura é uma especialidade médica e, como tal, somente pode ser praticada por médicos. A decisão do desembargador federal Antonio Ezequiel, relator do processo, expressa que fisioterapeutas e outros profissionais não estão habilitados para a prática da acupuntura e que há a necessidade de formação médica.

Limitações ao ensino de atos médicos

O Conselho Federal de Medicina aprovou normativa que veda o ensino de atos médicos privativos, sob qualquer forma de transmissão de conhecimentos, a profissionais não-médicos, inclusive aos pertinentes ao suporte avançado de vida. A exceção cabe ao atendimento de emergência a distância, até que sejam alcançados os recursos ideais. A Resolução CFM n.º 1.718/2004, publicada no Diário Oficial da União de 3 de maio último, vem ratificar os termos de medida idêntica editada pelo Conselho do Amapá em 29 de março.

Conforme fixa a Resolução, “é vedado ao médico o ensino da Medicina e da prática de atos médicos privativos aos profissionais não-médicos, através de qualquer forma de transmissão de conhecimentos”. O parágrafo único especifica como exceções os casos envolvendo o atendimento a distância, através da telemedicina em situações de emergência, até o atendimento médico necessário e o ensino aos estudantes de medicina devidamente matriculados em escolas médicas. Veja a íntegra no site do CRM.

Rio Negro ganha Delegacia de Fronteira

A Delegacia Regional de Rio Negro/Mafra foi inaugurada em 14 de maio, como parte de evento científico dos Conselhos de Medicina do Paraná e de Santa Catarina. A sede da Delegacia de Fronteira fica na Rua Nicolau Bley Neto, 100, sala 4, em Rio Negro. O telefone é (0xx47) 643-6140. O delegado titular é o Dr. Jacy Gomes. A Dra. Dalva Streit da Silveira é a Secretária e o Dr. Renato Gonçalves o tesoureiro. Os suplentes são os Dr. Enio Vieira Valim, Elói Manfredini e Ruth Schwartz. Como parte do convênio ratificado pelos presidentes dos CRMs de SC e PR, Marta Rinaldi Müller e Donizetti Giamberardino Filho, a unidade passa a ter jurisdição nos municípios paranaenses de Rio Negro e Campo do Tenente e nos catarinenses Mafra, Itaiópolis, Papanduva, Santa Terezinha e Rio Negrinho. A Delegacia de Fronteira de Porto União (SC) proporciona a cobertura às atividades da Delegacia de União da Vitória (PR).



Donizetti Filho, presidente do CRM-PR, Dra. Marta Müller, do Cremesc, e Dr. Jacy Gomes.

A cerimônia de posse dos delegados ocorreu durante a realização de evento científico.

Regional de Cascavel terá moderna sede

O Conselho Regional de Medicina do Paraná deve iniciar, entre agosto e setembro, as obras do prédio que vai abrigar a Delegacia Regional de Cascavel. O presidente Donizetti Giamberardino Filho e conselheiros do CRM estiveram em Cascavel no início de julho para consolidar a negociação com a Associação Médica, que vendeu parte do terreno anexo à sua Sede.

O projeto arquitetônico já está pronto e prevê cerca de 1 mil m² de área construída, que inclui auditório para realização de eventos éticos, científicos e de educação continuada, como tele e videoconferências. A iniciativa beneficia médicos de toda a região e também os acadêmicos de medicina da Unioeste e profissionais e estudantes de outras áreas de saúde. A Regional de Cascavel tem 472 profissionais em 22 municípios e é presidida pelo Dr. Keith de Jesus Fontes.

Estruturação do quadro de servidores

O Conselho de Medicina do Paraná já concluiu as etapas do concurso para contratação dos servidores que irão completar o quadro funcional, incluindo das Delegacias Regionais. Foram contratados nove agentes administrativos e dois técnicos em informática para a Sede do CRM em Curitiba. Também foram recrutados agentes que atuarão nas Delegacias de Campo Mourão, Cascavel, Londrina, Maringá e Rio Negro, além de Paranavai e Santo Antônio da Platina, onde serão ativadas Regionais. Também houve a contratação do médico fiscal Paulo César Aranda, que atuará nas Regionais.

Mudança na Secretaria de Saúde de Curitiba



A médica Edimara Fait Seegmüller, especialista em Pediatria e Medicina Sanitária, assumiu em 24 de junho último a Secretaria Municipal de Saúde de Curitiba, sucedendo a Michele Caputo Neto. Funcionária Pública Municipal desde 1985, atuou como autoridade sanitária, diretora do Centro Médico Comunitário do Bairro Novo e supervisora do distrito sanitário do Bairro Novo. Desde maio do ano passado estava ocupando a Superintendência Municipal de Saúde. Graduada em dezembro de 1981 pela PUC-PR, a Dra. Edimara tem 45 anos e também integrou o corpo clínico do Hospital Evangélico, de Curitiba.

A secretária Edimara Seegmüller diz que continuarão sendo incrementadas as ações preventivas e projetos de grande alcance social e assistencial, como o Mãe Curitibana e de qualidade de vida do trabalhador. Contudo, projeta para este semestre que as principais ações da Secretaria da Saúde estarão voltadas para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência, o SAMU, que irá funcionar em Curitiba com 25 ambulâncias, através do telefone 192. O SAMU/Curitiba terá uma equipe com 76 auxiliares de enfermagem, 30 enfermeiros e 30 médicos. O serviço prestará atendimento 24 horas por dia às vítimas de todos os tipos de acidentes ou problemas repentinos de saúde em casa, na rua ou no local de trabalho.

Outra preocupação, esclarece a secretária, é manter a educação permanente dos profissionais da área, seguindo a linha do Programa Saúde da Família (PSF), que prioriza a promoção e a prevenção de saúde. "Hoje está comprovado que só a assistência à saúde não dá conta das demandas da saúde", destaca. A idéia, conforme a nova titular da Pasta da Saúde de Curitiba, é investir cada vez mais na qualificação profissional, nas áreas médica e de enfermagem, como forma de consolidar as unidades de saúde como a principal porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS).

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL - PENALIDADE APLICADA AO MÉDICO LUIZ ALBERTO ZURITA POHLMAN (CRM/PR 5932)

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO de 07 de julho de 2003, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 042/01, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico LUIZ ALBERTO ZURITA POHLMAN, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 13 de julho de 2004.

CONS. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO
Presidente

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ

EDITAL

CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL - PENALIDADE APLICADA AO MÉDICO NELSON DONALD HOSANG (CRM/PR 9658)

O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei 3268/57, regulamentada pelo Decreto 44.045/58, consoante ACÓRDÃO do Conselho Federal de Medicina, de 12 de fevereiro de 2004, contido nos autos do Processo Ético Profissional n.º 030/97, vem executar a pena de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", nos termos da letra "C", do artigo 22, da Lei 3268/57, ao médico NELSON DONALD HOSANG, por infração ao artigo 57 do Código de Ética Médica.

Curitiba, 14 de julho de 2004.

CONS. DONIZETTI DIMER GIAMBERARDINO FILHO
Presidente

ALERTA AOS MÉDICOS

O Cons. Carlos Goytacaz Rocha, corregedor do CRM-PR, alerta que tem sido prática comum os profissionais médicos emitirem receitas de medicamentos a seus pacientes, indicando através de selos o estabelecimento comercial onde esses podem ou devem ser adquiridos. O Conselho já se pronunciou a respeito da impropriedade de tal prática, posto que, ao prescrever um medicamento e indicar o estabelecimento comercial onde o mesmo deve ser adquirido, o médico está induzindo seu paciente, o que pode ensejar uma prática antiética, ainda que não persista qualquer tipo de interação com o fornecedor. Assim sendo, o CRM alerta aos senhores médicos para que não indiquem estabelecimentos comerciais farmacêuticos a seus pacientes, evitando assim interpretação equivocada no que concerne a real intenção dessa indicação.

Momento para reconquista da dignidade

Desde a sua fundação, em 2001, a Delegacia Regional de Toledo vem sendo presidida por Eduardo Gomes. Nesta entrevista ele faz uma análise do movimento médico em defesa de ensino de qualidade, remuneração justa e maior unidade. Aborda as dificuldades do setor público de saúde e também aponta os exemplos que vêm sendo dados por Toledo nas áreas de educação e a atualização profissional, mas assinala a grande expectativa de integrar a região no programa de videoconferências e outras atividades de educação continuada a distância. O delegando-presidente enaltece a integração das entidades médicas locais e diz que, hoje são 216 médicos atuando nas 18 cidades da Regional, 112 só em Toledo.

Jomal - O CRM está em processo de descentralização, o que inclui programas de educação continuada e ações administrativas. Qual é a expectativa do médico da região?

Dr. Eduardo - A atividade descentralizada do CRM trouxe uma série de benefícios para a região. Garante aos profissionais médicos acesso fácil à estrutura do Conselho tanto do ponto de vista das necessidades administrativas quanto da resposta a dúvidas em questões éticas que ocorrem diariamente na prática clínica e que, devido à disponibilidade de pesquisa a pareceres, facilita a orientação de conduta. O fato de termos representantes do Conselho na própria cidade traz um grau maior de confiabilidade à comunidade médica perante a sociedade e proporciona acesso à população a possíveis questionamentos relacionados à atenção à saúde. Além disso, os membros da delegacia podem conseguir melhor direcionamento de ações do CRM, adaptando-as às necessidades de cada região.

A necessidade local mais marcante?

Dr. Eduardo - A necessidade de implantação de linha direta para realização de videoconferências é atualmente uma questão relevante. Esbarrou em problemas técnicos de telefonia anteriormente, mas é fundamental, sobretudo no processo de educação continuada dos profissionais de

Toledo e região.

Está em curso o movimento nacional de valorização profissional, com ênfase para a implantação da Classificação Hierarquizada. Como avalia esse movimento para definir o futuro da atividade?

Dr. Eduardo - A determinação clara da atividade do médico em relação a atenção à saúde da população e a readequação dos patamares de remuneração aos procedimentos realizados pelo sistema de saúde suplementar, através da CBHPM, inicia um caminho de reconquista de nossa atividade. A indignação dos profissionais é clara e justificada. Exemplifica-se através da diferença de repasse de reajustes aos usuários nos últimos anos muito superior ao acréscimo de custo de vida sem que, em 10 anos, nenhum repasse fosse feito à remuneração do profissional médico. Este movimento permite à classe médica agir contra abusos num sistema em que é peça primordial, adequar a sua atividade ao desenvolvimento tecnológico e permitir uma assistência médica de qualidade sem o preço da massificação do ato médico através da necessidade do aumento do volume de atendimento para sua sobrevivência.

As entidades médicas brasileiras consolidaram no último Enem a unidade em busca de fortalecimento, seguindo uma tendência que se originou no Paraná. Como é a relação das entidades médicas em Toledo e como vê a proposta da criação da Ordem dos Médicos?

Dr. Eduardo - Em Toledo temos um ótimo exemplo de unificação já que, no mesmo edifício estão a sede da Associação Médica, Conselho Regional e Unimed. Esse fato, associado a um canal direto de comunicação dos profissionais de cada entidade, demonstra um ótimo relacionamento e consolida a capacidade de ação da classe médica. Realmente importante é o entendimento dos profissionais de que o nosso posicionamento em defesa da profissão médica é necessário e fundamental, não só em defesa a uma remuneração justa mas, também, na reconquista do respeito à

nossa atividade, que há tanto é desgastada por campanhas de mídia e interesses políticos. Ficamos desacreditados. Grande parcela da culpa é nossa, principalmente pela característica individualista do médico. Assim, a união é necessária e parece que a criação da Ordem dos Médicos pode ser um caminho.

Como está a estrutura do sistema público de saúde na região. O fechamento de hospitais e clínicas, o achatamento do teto financeiro, a defasagem dos valores pagos, a evasão ou falta de médicos, redução de leitos, falta de investimentos... Quais as perspectivas para os médicos que atuam no Oeste?

Dr. Eduardo - A crise em relação ao atendimento do SUS é crônica e semelhante em todas as regiões. Uma das características em Toledo é que a estrutura hospitalar não consegue através da remuneração provinda do SUS realizar melhoria na estrutura física e de equipamentos, pois manter o serviço de atendimento e remunerar o pessoal já é uma tarefa difícil. A readequação do orçamento federal e novos modelos de gestão para as estruturas médico-hospitalares poderiam ser saídas para melhorar este atendimento.

Como o Sr. avalia a proposta de livre trânsito das profissões, como efeito do Tratado do Mercosul? Há riscos à qualidade da assistência médica?

Dr. Eduardo - A extensão do Tratado do Mercosul à área de assistência médica, conduzida como um produto comercial, coloca em xeque a qualidade de atendimento à população. A formação básica nas escolas médicas é direcionada a questões epidemiológicas próprias de cada país. Em casos de médicos de naturalidade estrangeira, o idioma passa a ser questão fundamental na prática médica, além de que, mesmo dentro de nosso próprio país, temos dificuldade em conseguir uma adequada formação do profissional tanto na graduação quanto no processo de atualização, o que torna difícil o livre trânsito sem o cumprimento das exigências atuais de teste em proficiência de língua e prova de validação de diploma.

Quais são as queixas ou denúncias

prevalentes na região e que chegam à esfera do CRM?

Dr. Eduardo - As queixas e denúncias recebidas nesta delegacia mais frequentemente estão fundamentadas em um estabelecimento inadequado da relação médico-paciente. A empatia entre o profissional e o paciente e o respeito mútuo com o qual deve cursar um atendimento médico têm sido violados. Isso leva a grau elevado de incerteza e insegurança, principalmente por parte do paciente gerando, uma grande quantidade de questionamentos que, numa conversa atenta e atenciosa, poderiam evitar uma queixa contra o profissional. Todos têm o seu papel neste painel: a falta de respeito da população à profissão médica alimentada pelo sensacionalismo de algumas reportagens, o volume de atendimento a que o médico é submetido, principalmente na saúde pública; condições de trabalho inadequadas; indisponibilidade de recursos técnicos e exames complementares, além da falta de atenção do profissional aos princípios morais e éticos que regem a nossa profissão.

Escolas médicas e qualidade do ensino são assuntos presentes nas pautas de todos dos encontros médicos atuais. Como avalia a formação do médico brasileiro e a proliferação de escolas? E as inovações em Toledo?

Dr. Eduardo - O grande problema na criação de uma escola médica é a estrutura em que ela está baseada. Não só a física que além da formação básica com salas de aula, laboratórios, biotério, etc. Necessita de complexo hospitalar que propicie ensinamento nas diversas áreas da medicina, mas também a estrutura do corpo docente, que realmente vai norteiar a qualidade de ensino da instituição e que tem sido um problema nas escolas recém-criadas. A comunidade médica de Toledo vem atuando de maneira inversa. Com a presença de vários campus universitários na cidade, hoje contamos com a PUC, Unioeste, Unipar e Fag-Sul. Adequamos algumas ações em termos de formação e atualização profissional, propiciando a oportunidade de seguir carreira preparatória para docência,



Eduardo Gomes (CRM 12573). Natural de Londrina, graduou-se pela UEL em 1990, onde também concluiu residência em urologia. Fellowship em uro – oncologia e transplante renal no Hospital Beneficência Portuguesa de São Paulo e Hospital Sírio Libanês, em 1995 – e pós-graduado em Pesquisa Clínica pela PUC. Participou de três gestões da Associação Médica de Toledo como diretor do Departamento Científico. Atua em Toledo como urologista há oito anos e em Cascavel no serviço de transplante renal do Hospital Nossa Sra. Salete. É casado com a fisioterapeuta Cenira Gomes e tem uma filha de três anos.

não especificamente direcionado à escola médica, mas para qualquer curso ligado à saúde. Em maio deste ano, um grupo de 17 médicos concluiu curso de pós-graduação *latu sensu* na área de pesquisa clínica, realizado no campus da PUC em Toledo (que é administrado por docentes do curso de Medicina de Curitiba), sendo possível esta ação graças ao esforço conjunto do Núcleo Setorial de Médicos de Toledo (apoio do Sebrae e Associação Comercial e Industrial de Toledo), Associação Médica de Toledo e Delegacia Regional do CRM.

Como funciona a Regional?

Dr. Eduardo - A Delegacia de Toledo foi criada em 2001 com um total de seis delegados. Após eleição de 2003, passou a ser composta por 10 membros (cinco titulares e cinco suplentes). Há representantes das cidades de Toledo, Assis Chateaubriand, Marechal Cândido Rondon e Guaíra.

N.R.: na próxima edição publicaremos a composição da Delegacia de Toledo.

Nova perspectiva de educação continuada aos médicos do Oeste

A Delegacia Regional de Cascavel avança para consolidar outros importantes projetos em benefício da formação e da atividade médica. Um dos alicerces para esse estágio será a construção da nova sede da Regional, que deve estar pronta até o próximo ano. Além de estreitar a relação de médicos e de acadêmicos da região, a unidade descentralizada do Conselho de Medicina vai proporcionar a esperada integração nos seus programas de educação continuada, extraídos dos mais avançados meios tecnológicos disponíveis, com destaque para as tele e videoconferências.

Cumprindo o segundo mandato na presidência da Regional, o cirurgião plástico Keith de Jesus Fontes ressalta que a nova sede irá contribuir para uma nova dinâmica nas atividades da delegacia, inclusive as de esfera administrativa, já que se apresentam como iminentes as audiências on-line. O delegado esclarece que a atual sede é boa, mas que a nova estrutura, dotada especialmente de moderno auditório, irá viabilizar os projetos que tanto almeja. As carências têm impedido, por exemplo, que profissionais e estudantes de Cascavel estejam interligados aos eventos de telepatologia, fruto de convênio da USP com o CRM e que tem transmissões para Curitiba, Maringá e Londrina.

Keith Fontes diz que depois da chegada do curso de Medicina, Cascavel transformou-se de fato em pólo universitário, dando uma nova dinâmica ao ensino na região e contribuindo, ainda, para que os serviços de saúde atin-

gissem privilegiado status de qualidade e uso avançado de tecnologia. Contudo, avalia, pouco se cresceu na atualização técnico-científica dos profissionais, quase totalmente dependentes de programas externos de educação continuada e pouco acessíveis. Mesmo elogiando as jornadas descentralizadas e de bioética, o presidente da Regional entende a necessidade de haver alternativas permanentes de conhecimento e reciclagem. Assim, comemora a ativação de programa de internet banda-larga do CRM, que vai permitir ao médico, de seu próprio terminal, interagir em videoconferências ou acessar arquivos armazenados.

Mobilização médica

O presidente da Delegacia de Cascavel está esperançoso de que os médicos da região acompanhem as novas perspectivas e estejam mais presentes nas discussões dos grandes temas que envolvem a medicina. Keith Fontes avalia que já existe uma nova visão política, mas, como um todo, vê o médico um pouco alienado de questões de relevância, citando a do ato médico, que está vinculada ao futuro da profissão. Ele vê preocupação a interferência em atos que deveriam ser exclusivos de médicos. Isto evidentemente resulta em risco à população; como por exemplo: prescrição de medicamentos, cirurgias de grande porte e outros.

Para reverter situações como essa, Keith Fontes considera fundamental o processo de fortalecimento e a união da classe médica, que se manifesta com a estreita relação das entidades

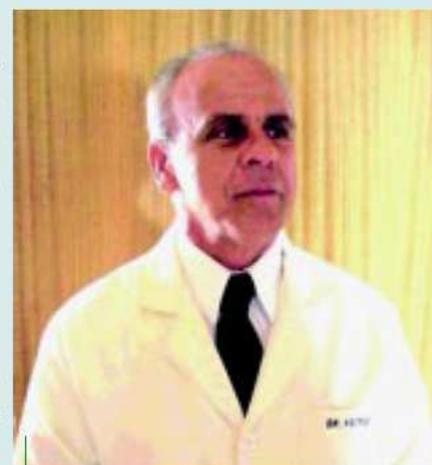
representativas. Contudo, entende que a idéia da Ordem poderia ser um instrumento agilizador, capaz de ser mais contundente em negociações voltadas à melhoria da qualidade do ensino e das condições do trabalho do médico. Neste aspecto, avalia a aplicação da Classificação Hierarquizada na área de saúde suplementar como fundamental à profissão. Crítico à eficácia da ANS, pelas interferências e excesso de normativas, o Dr. Keith defende um mercado mais transparente, onde se sabe o que recebe e se paga. Daí reconhecer que, mesmo uma cooperativa enxuta como a Unimed Cascavel, tem dificuldade para se adaptar à Classificação.

Na esfera pública, o presidente da Regional vê como "grande inimigo" do médico o contido gasto para suprir a estrutura assistencial e o quadro de servidores de saúde, ainda carente de um plano de carreira. Cita que o Hospital Regional teve um período difícil na transição para Universitário, criticando a falta de recursos e a falta de vontade política. Cita que o número de leitos foi bastante reduzido e que, mesmo com mais médicos, permanece com muita estrutura ociosa num contraste com o aumento do número de pacientes. Na região, diz, os pacientes dependentes de cirurgias eletivas estão com mais de três anos de espera. No que se refere ao impasse envolvendo as jornadas dos médicos, Keith diz que o Conselho de Medicina tem procurado ajudar no processo, como mediador. Questões como o Decreto que obriga o aten-

dimento de pacientes a cada 10 (dez) minutos pelo médico, vem sendo repudiado pelo CRM do Paraná e já há uma iniciativa jurídica solicitando a anulação deste decreto.

Perfil

Keith de Jesus Fontes é natural do Rio de Janeiro e tem 55 anos. Em 1973, graduou-se em medicina pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a mesma escola onde o pai também de formou médico em 1948. A filha do Dr. Keith também escolheu a profissão, fazendo atualmente residência em anesthesiologia. O filho optou pela carreira jurídica. Há 18 anos em



Dr. Keith Fontes, de Cascavel.

Cascavel, desde 1989 o Dr. Keith tem participação na representatividade classista, começando pela Associação Médica local. Há 13 anos vem atuando na Regional do Conselho, tendo sido reconduzido para o segundo mandato de presidente.

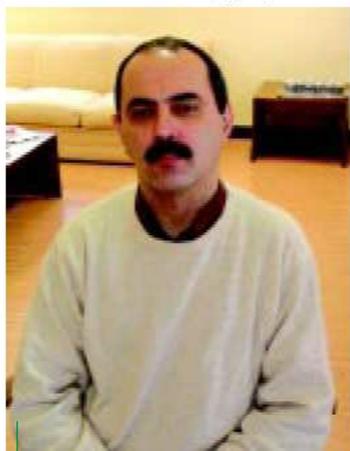
Delegados da Regional de Cascavel

- » Dr. Keith De Jesus Fontes (Delegado Presidente)
Especialista em Cirurgia Plástica
- » Dr. Fayez Mehanna (Delegado Vice-Presidente)
Diretor técnico e diretor clínico do Hospital São Lucas de Cascavel
- » Dra. Hi Kyung Ann (Delegada Secretária)
Auditora da 10.ª Regional de Saúde de Cascavel
- » Dr. Aldo Luis Hota (Delegado Efetivo)
Diretor técnico do Hospital e Maternidade Dr. Lima e diretor administrativo da Unired/Cascavel
- » Dra. Gleice Fernanda Costa Pinto Gabriel (Delegada Efetiva)
Vice-coordenadora do Curso de Medicina da Unioeste e coordenadora da residência médica da Unioeste
- » Dr. Nelson Ossamu Osaku (Delegado Suplente)
Diretor clínico da Policlínica Cascavel e professor de Anatomia Humana no Curso de Medicina da Unioeste
- » Dr. José Fernando Carvalho Martins (Delegado Suplente)
Professor de Cardiologia no Curso de Medicina da Unioeste
- » Dr. Allan Cezar Faria Pinto (Delegado Suplente)
Coordenador do Curso de Medicina da Unioeste e coordenador do Programa de Residência Médica na Área Cirurgia Geral
- » Dr. André Pinto Montenegro (Delegado Suplente)
Professor do Internato em Clínica Cirúrgica da Unioeste
- » Dr. Paulo Marcelo Schiavetto (Delegado Suplente)
Chefe da UTI, presidente da CCIH e presidente da Equipe Multidisciplinar de Terapia Nutricional do Hospital e Maternidade Dr. Lima

Encontro congrega escolas

O Conselho Regional de Medicina do Paraná promoverá, em agosto, um inédito encontro envolvendo coordenadores de cursos e acadêmicos de todas as sete escolas médicas paranaenses. O I Simpósio de Ética e Educação Continuada vai ocorrer nos dias 20 e 21, no auditório da nova sede do CRM, que se consolida como espaço científico-cultural e de debate da ética. A coordenação do evento cabe à Comissão Estadual de Ensino Médico, constituída este ano pelo CRM e que projeta maior proximidade com o meio acadêmico visando fortalecer o conhecimento e os princípios éticos da Medicina.

As várias reuniões realizadas pela Comissão já permitiram a constituição do programa preliminar das atividades, que prevê a



Dr. Miguel Ibraim Hamma Sobrinho, coordenador da Comissão Estadual de Ensino Médico do CRM.

realização de palestras, mesas-redondas, oficinas, videoconferência e júri simulado. Dentre os conferencistas convidados estão o reitor da Universidade Federal do Paraná, Carlos Augusto Moreira Júnior, e o coordenador do Núcleo Regional Sul II da Associação Brasileira de Escolas Médicas (ABEM), Carlos Alberto Justo e Silva (da UFSC). Perspectivas da educação e formação médica, a reformulação da residência médica, novo mecanismo para a avaliação das escolas e do ensino e dilemas que envolvem a profissão estarão entre os temas em destaque.

A presença de um palestrante de renome nacional ainda não foi confirmada. O primeiro convidado é o escritor Rubem Alves, que tem o livro "O Médico" entre as suas obras. Mesmo que não consiga conciliar o evento à sua agenda, face a outros compromissos, o escritor estará representado no vídeo institucional do CRM-PR a ser exibido aos estudantes. "Vale a pena ser médico" é um *clipping* de cerca de oito minutos que reúne depoimentos de Rubem Alves, de consagrados médicos que ajudaram a construir a história da Medicina paranaense (*ver box*) e de crianças e jovens que se encontram em estágios diferentes para seguir a profissão.

Estímulo à formação ética

O coordenador da Comissão de Ensino Médico do CRM é o conselheiro Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho. Ele explica que a Comissão nasceu com o objetivo de ajudar as escolas a levar uma formação mais ética aos estudantes. "Nosso propósito é contribuir para que o ensino médico seja mais humanizado, com informações e discussões sobre valores, o indivíduo e as relações, o cuidado consigo e com o próximo. Precisamos estimular a solidariedade, o fortalecimento da relação médico-paciente", defende o conselheiro-coordenador. Ainda de acordo com ele, a realização de um encontro de tal dimensão visa congregando entidades médicas, escolas e estudantes.

A "Casa do Médico" já abriga atividades ou reuniões da Comissão Estadual de Ensino Médico, das Sociedades de Especialidades, da Comissão Estadual de Residência Médica e da Sociedade Paranaense de Bioética. O presidente do Conselho Regional de Medicina, Donizetti Dimer Giamberardino Filho, realça que "a idéia é discutir o futuro do médico, a relação médico-paciente e as inovações tecnológicas que venham a contribuir para a formação do profissional. O Simpósio deve se constituir em importante passo para ajudar a suprir as dificuldades que as escolas médicas têm no ensino da ética". Para o presidente do CRM, o encontro tende a estreitar a relação com escolas e alunos, bem como consolidar a nova sede como espaço também dos futuros médicos, pois já tem recebido alguns eventos dos centros acadêmicos das escolas médicas da Capital ou promovido outros dirigidos aos



Na reunião de 19 de junho, na sede do Conselho de Medicina, foram discutidos os convidados para o I Simpósio de Ética e Educação Continuada, que tende a ser realizado em agosto congregando entidades médicas, escolas e estudantes.

estudantes. A "Casa do Médico" já abriga atividades ou reuniões da Comissão Estadual de Ensino Médico, das Sociedades de Especialidades, da Comissão Estadual de Residência Médica e da Sociedade Paranaense de Bioética.

Comissão de Ensino Médico

Confira os integrantes da Comissão de Ensino e as institui-

ções representadas:

Conselheiros Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho, Mauri José Plaza e Luiz Sallim Emed, do Conselho Regional de Medicina; Dr. Hans Graf, da Universidade Federal do Paraná; Dr. João Carlos Simões, da Faculdade Evangélica; Dr. Emílio José Scheer Neto, da Pontifícia Universidade Católica

Melhoria do ensino

Homologada em janeiro deste ano pela Portaria n.º 002/04 (DIR), a Comissão de Ensino Médico tem como objetivo auxiliar e contribuir para ajudar na melhoria e aperfeiçoamento do contato entre as escolas médicas e os estudantes de Medicina do Paraná. Em 10 de fevereiro o primeiro encontro com representantes dos Centros Acadêmicos da Capital, que se mostraram entusiasmados com o projeto de discutir o ensino e promover intercâmbio com outras escolas. Contudo, a primeira reunião oficial da Comissão ocorreu em 27 de março, servindo para a apresentação dos integrantes e para debater aspectos do I Seminário de Ética. O esboço do programa foi discutido na reunião de 19 de junho. A criação da disciplina de ética nos cursos deverá proposta no evento.

"Vale a pena ser médico"

Há a expectativa de ampla participação dos estudantes das escolas médicas que ocorrerá em agosto e que envolve o CRM e as coordenadorias das escolas. O vídeo institucional "Vale a pena ser médico", marcado por depoimentos de quem conhece e de quem está conhecendo a atividade médica, traz declarações de renomados professores como Acyr Rangel Miranda (90 anos), na profissão há seis décadas, e também de dois jovens médicos, Wadir Rúpullo e Pacheco do Nascimento. O Dr. Abdou (CRM 160) foi presidente do Conselho (década de 60) e o mais antigo em vida (tem 90 anos) homenageado na solenidade do Dia do Médico de 2003. Dr. Wadir foi o idealizador da construção de uma efetiva "Casa do Médico". Ele faleceu em 2002, deixando o legado de gravar o depoimento, o que acabaria determinando o adiamento do vídeo previsto para a última semana de maio. O vídeo acabaria sendo apresentado em uma cerimônia religiosa em memória do ex-presidente, numa homenagem à medicina e da representatividade de classe.

para debater ensino e ética



Os temas e os palestrantes constituir em histórico evento

do Paraná (PUC-PR); Dr. Ipojuca Calixto Fraiz, da UnicenP; Dr. Eva Maria E. D'Alva Janowski, da Universidade Estadual de Londrina; Dr. Orlando Ribeiro Prado Filho, da Universidade Estadual de Maringá; e Dr. Orival Alves, da Unioeste (Cascavel). Os Centros Acadêmicos também cooperaram nas atividades da Comissão.

As médicas no simpósio que vai discutir os cursos. Um dos atrativos será a exibição de belas imagens e depoimentos de ex-presidentes do CRM: Abdon Nogueira (83 anos) e Ruy Noronha (84 anos), tendo recebido especial reconhecimento por cinco anos e grande reconhecimento apenas alguns dias depois de sua morte. O Simpósio de Ética, inicialmente planejado pela primeira vez durante a realização de seu trabalho em prol da ética, da

Programação prévia

20/08/04 – Sexta-feira

- 14h às 18h – Trabalho em grupo motivacional: a definir.
- 18h – Inscrições e confraternização.
- 19h – Abertura oficial: Dr. Donizetti Dimer Giamberardino Filho, presidente do CRM-PR.
- 19h15 – Conferência: "Perspectivas Futuras do Ensino Médico", com Prof. Dr. Carlos Augusto Moreira Junior, reitor da UFPR.
- 20h15 às 22h – Mesa: "Ensino Médico"

Coordenador docente – Prof. Dr. Luiz Sallim Emed, corregedor-adjunto do CRM-PR.

Coordenador discente – a definir.

Palestrante – Prof. Carlos Justo, presidente da Regional Sul II da ABEM. Debatedores – a definir.

21/08/04 – Sábado

- 8h30 às 10h30 – Mesa: "Ensino Médico – Escolas"

Coordenador docente – Prof. Dr. Mauri Piazza, conselheiro do CRM-PR. Coordenador discente – a definir.

Apresentações – UnicenP, Unioeste, UFPR, UEM, PUC-PR, UEL e Fepar (10 minutos cada).

Discussão e proposições (50 min.)

- 10h45 às 12h30 – Mesa: "Residência Médica"

Coordenadores docente e discente a definir

Palestrante – Prof. Joel Takashi Totsughi, Presidente da Comissão Estadual de Residência Médica Representante da ANMR e debatedores a definir

- 14h45 às 18h00 – Grupos temáticos

Temas: Distribuição de vagas/Residência Médica, Objetivos da formação médica, Caráter do internato, Acesso à universidade e Valores éticos para o exercício da profissão

Novo sistema para avaliar cursos superiores

O ministro da Educação, Tarso Genro, editou em 9 de julho último a Portaria n.º 2.051, que regulamenta os procedimentos do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), instituído na Lei n.º 10.861, de 14 de abril. O Sinaes vai promover a avaliação das instituições de educação superior, de cursos de graduação e de desempenho acadêmico de seus estudantes. Terá a coordenação e a supervisão da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). A primeira etapa a ser cumprida é a de auto-avaliação das instituições, com prazo até setembro de 2006. Para suceder o "Provão" haverá o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENAD).

O Sistema Nacional tem seus objetivos fixados no artigo 1.º da Portaria: "A melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional."

Veja a íntegra da portaria no site do MEC (www.mec.gov.br).

Visão de estudante

"Não tenho dúvidas de que o ensino médico do Paraná tem qualidade, mas há muito que melhorar, pois estamos longe do que seria o ideal. Desde o primeiro ano de curso sentimos dificuldade para aprender conteúdos densos de disciplinas importantes em curtos espaços de tempo. Além disso, professores dão aulas cada vez mais técnicas, mesmo os que são médicos, deixando o humanismo de lado. Um médico pode nos dar 3 horas de uma aula brilhante sobre tumores malignos intestinais, mas esquece de nos instruir sobre como conversar com o paciente e informá-lo sobre o tratamento necessário. No Simpósio de Ética, discutiremos como anda o ensino médico no Paraná, falaremos sobre a humanização do ensino e sobre a ética que o estudante deve exercer durante o curso, estágios e na profissão, futuramente. Tudo isso entre alunos e professores, visando um consenso sobre o que cada um de nós pode fazer para melhorar e humanizar o curso de Medicina no nosso Estado."



Amanda Valim Kampa, estudante da UFPR e integrante do Danc

Visão de docente



"O enfoque milenar da Medicina dirige-se à prevenção, à correção de aspectos que possam interferir na saúde humana e na qualidade de vida das pessoas. Com o ensino médico não deve ser diferente. A ênfase na formação humanista deve acompanhar todo o curso de Medicina, privilegiando os que já trazem de berço este tipo de visão e oferecendo, do ponto de vista prático, aos que não a possuem.

A oportunidade de trazer à discussão temas fundamentais, por vezes polêmicos, da prática médica, deverá ampliar os horizontes de nossos futuros profissionais, formando o médico do qual nossa sociedade tanto precisa. Investimento em formação é muito mais rentável, sob todos os pontos de vista, do que naquele que é feito para corrigir deformações. Elogio o CRM do Paraná por esta iniciativa, pois está no caminho certo da dignificação pessoal e profissional de toda uma categoria."

Helena Lúcia Sória, coordenadora da Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia da Unioeste - Cascavel

Em debate a reformulação dos programas de residência médica

Reunidos em São Paulo, nos dias 7 e 8 de julho, os membros da Comissão Nacional de Residência Médica rejeitaram por unanimidade a edição das Resoluções CNRM de números 3 a 7, publicadas no Diário Oficial da União entre maio e junho últimos e que projetam novas regras para os programas de residência médica no País. “As resoluções foram editadas sem que as entidades que compõem a Comissão Nacional de Residência Médica fossem ouvidas. Não houve consenso sobre nada o que foi divulgado”, esclarece o representante do Conselho Federal de Medicina na CNRM, conselheiro Silo Tadeu Silveira de Holanda Cavalcanti. O Plenário da Comissão Nacional decidiu marcar para os dias 4 e 5 de agosto uma reunião extraordinária para a discussão do mérito das resoluções que haviam sido editadas sem a concordância das entidades que compõem a Comissão Nacional de Residência Médica.

O presidente da Comissão Estadual de Residência Médica do Paraná, Joel Takashi Totsugui, participou da sessão conjunta extraordinária (Comissões Estaduais e Câmaras Técnicas) em São Paulo no dia 7 de julho. Ele esclarece que todas as questões relativas às resoluções da Comissão terão de ser rediscutidas no

âmbito do Estado, já que a reunião na sede do Conselho Regional de Medicina, no dia 25 de junho, acabou ocorrendo antes da posição firmada pelas entidades que formam a CNRM. Na expectativa de que as normativas possam estar melhor aclaradas a partir da próxima plenária, Joel Totsugui já marcou para o dia 27 de agosto o novo encontro com os integrantes da Cermepar, em Curitiba. Em 29 de outubro deve ocorrer a rodada de debates mais conclusivos. A reformulação da residência deve ser aplicada em 2005.

O pagamento dos médicos que supervisionarão os residentes foi um item que desagradou os membros da Comissão, pois o MEC não havia discutido a questão. Os preceptores-tutores receberiam bolsa de cerca de R\$ 1.600 e tendo, no máximo, cinco anos de experiência. Um dos argumentos é de que, hoje, há médicos designados para auxiliar os residentes, mas, na prática, não há orientação em tempo integral, principalmente nos plantões noturnos ou nas enfermarias, quando muitos residentes ficam sozinhos. Atualmente há 16.477 residentes e 59.755 estudantes de Medicina no Brasil. Os programas de residência duram de dois a quatro anos e são definidos como uma pós-graduação lato sensu.

Esclarece o presidente da Cermepar que o Decreto n.º

80.281 (de setembro de 1977) regulamentou a residência médica e criou a Comissão Nacional, órgão subordinado à Secretaria de Educação Superior do MEC. As atividades da Comissão Estadual estão amparadas pelas Resoluções 02 e 04/02 da CNRM. Destacando que é vedado o uso da expressão “residência médica” a qualquer treinamento médico que não tenha sido aprovado pela Comissão Nacional (Lei n.º 6.932/81), Joel Totsugui cita que, para o ano passado, a CNRM dispunha de 20.458 vagas - sendo 8.574 para médicos-residentes do primeiro ano - em 2.550 programas de Residência Médica e distribuídas em 415 instituições de saúde do Brasil.

De acordo ainda com o presidente da Cermepar, o Paraná contribui com 18 instituições de saúde com residência médica, entre as 63 da região Sul. São 1.094 as vagas credenciadas pela CNRM em 160 programas. Até o final do ano passado, o número de vagas ocupadas era de 866, sugerindo que a variação possa decorrer principalmente devido ao abandono do Programa de Residência Médica. “Aproximadamente 30% dos médicos formandos não têm acesso à residência, pois o número de vagas não atende à demanda. Assim, é imprescindível a visão clara acerca da necessidade de vagas por especialidade, com supervisão e controle da qualidade total dos programas”, diz Dr. Joel Totsugui, que completa: “O oferecimento de vagas deve ser também orientado pela necessidade de atendimento à população, pois, reconhecidamente, a Residência Médica tornou-se uma das maiores prestadoras de serviços da rede SUS”. Ele também concorda com um modelo que obrigue as instituições de ensino superior a se ajustarem às diretrizes do

currículo médico, que prevêem a formação de profissionais voltados ao atendimento da sociedade.

As resoluções

A Resolução CNRM n.º 003 foi editada em 12 de maio e dispõe sobre o processo de seleção pública dos candidatos aos programas de residência. A seleção seria em duas fases, sendo a primeira um teste escrito e objetivo com peso de 50% na prova total. A segunda seria a prova prática, variando de 40 a 50%, ficando a opção para instituição avaliar a entrevista e o currículo do candidato. “Pelo sistema anterior, os alunos já do quarto ano começavam a estudar para a prova de residência. Aproveitavam o internato no quinto e sexto ano para fazer cursinhos preparatórios. Ficavam preocupados em decorar livros e não tinham mais interesse no hospital. Mas lugar de aluno é ao lado do doente”. Ao fazer sua análise, o secretário-executivo da CNRM, Antônio Carlos Lopes, diz que a prova prática na admissão levará estudantes a se interessarem mais por hospitais e pacientes.

A Resolução 004 (de 8 de junho) dispõe sobre a reserva de vaga para médico residente que



Dr. Joel Takashi Totsugui.

preste Serviço Militar, enquanto a 005 fixa sobre os serviços de preceptor/tutor dos programas de Residência Médica. Sua atribuição é de orientar diretamente os médicos residentes do programa de treinamento, sendo determinado um preceptor para cada programa. A Resolução 006 é a que trata da avaliação dos programas de residência (quinüenais pela CNRM com abrangência global e anuais pelas Sociedades de Especialidades, sob supervisão da Comissão e concentrando-se apenas na especialidade), enquanto a 007 (de 16 de junho) estabelece os requisitos mínimos dos programas de residência de Dermatologia e Neurologia.

O que está em discussão

Confira os principais itens das resoluções e que foram debatidos entre os integrantes da Comissão Estadual, na sede do CRM:

- » Prova de seleção do curso de Residência Médica, incluindo-se prova prática;
- » Prova de Residência Médica para os programas de neurologia e dermatologia que teriam ingresso direto, sem pré-requisito;
- » Vaga assegurada ao médico que passou no concurso de seleção de Residência Médica e que vai prestar o serviço militar obrigatório;
- » Todos os Programas de Residência Médica (PRM) seriam avaliados periodicamente com critérios estabelecidos pela CNRM em conjunto com as Sociedades Brasileira de Especialidades; e
- » Criação do cargo de preceptor-tutor para cada programa de Residência Médica regido pelas normas da CNRM.



Membros da Cermepar discutiram em aspectos da reformulação dos programas de residência médica.

Uso de tele-educação ampliado pelo Conselho

O programa de videoconferências do CRM-PR está ganhando ramificações em várias áreas, acompanhando os avanços tecnológicos e as necessidades não somente de médicos e estudantes, mas da própria sociedade. Uma das parcerias foi celebrada com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil/CNBB Sul II, permitindo a interação do Conselho de Medicina com o Programa Rede Solidária. No dia 19 de maio, o tema “Drogas” foi debatido on-line com participação de especialistas em Curitiba, Londrina e Maringá, nas sedes das unidades do CRM. A videoconferência também pôde ser acompanhada em tempo real pela internet [bandalarga \(www.resol.org.br\)](http://bandalarga.com.br), numa alternativa que já começa a ser explorada pelo Conselho, voltada a ampliar os projetos de



Sallim Emed, Donizetti Filho, Fernando Matos, Higino Filho e Marco Bessa.

educação continuada.

Em Curitiba, na sede do CRM, quem coordenou o debate foi o conselheiro Marco Antônio do S. Marques Ribeiro Bessa, especialista em psiquiatria e homeopatia e que também é integrante da Câmara Técnica de Psiquiatria do Conselho. Ele contou com a cooperação dos também con-

selheiros Donizetti Giamberardino Filho e Luiz Sallim Emed, e ainda dos Prof. Fernando Matos e Higino Bodzyak Filho. Em Londrina e Maringá, o debate teve a participação dos Dr. Heber Odebrech Vargas e Dr. Milton de Paula Júnior, este membro da Comissão Científica da Sociedade Maringense de Psiquiatria.

Câmara Técnica em Medicina Legal promove palestras para acadêmicos

Com o intuito de resgatar o ensino da Medicina Legal, a Câmara Técnica em Medicina Legal do CRM-PR, criada em 2003, está promovendo um programa de palestras dirigidas a acadêmicos do curso de Direito e Medicina de todo o Estado. Desde o início do ano os estudantes estão tendo a oportunidade de receber informações sobre Medicina Legal e assuntos polêmicos e atuais da área. Ao todo já foram realizadas seis palestras este ano, sendo que desde as primeiras edições o número de participantes tem sido significativo.

De acordo com o coordenador da câmara, Carlos Ehlke Braga Filho, em algumas faculdades de direito o ensino da Medicina Legal passou a ser matéria optativa ou mesmo não existente no currículo. “Essa ausência no currículo tem gerado um descontentamento e prejudicado a formação jurídica, por isso resolvemos resgatá-lo”, afirma Braga. Explica que em todas as palestras do programa temas como “A Medicina Legal na atualidade”, “Relação entre perícia médica e o direito” e “Legislação sobre declaração e atestado de óbito” são abordados com o objetivo de apresentar a importância do estudo da Medicina Legal nas universidades.

A última palestra do programa, inaugurado em março, foi realizada em 2 de junho para acadêmicos da UEM, em Maringá. Durante o evento, os médicos Luiz Antônio do Amaral e Braga Filho ministraram palestras tratando da “Relação entre o Direito e a Medicina Legal” e “Perícia em Violência Sexual”. Ainda sem datas definidas e confirmadas, a programação das jornadas de palestras segue para a PUC-PR, em S. José dos Pinhais, para Londrina, na UEL, e para a Unibrasil, em Curitiba, possivelmente durante o mês de agosto. Em setembro, os estudantes da Unioeste, em Cascavel, recebem as palestras; em outubro, o programa segue para Francisco Beltrão e em novembro a Inove – Faculdade Santa Cruz, em Curitiba, fecha o calendário de palestras para 2004. Competências em relação a emissão de atestado de óbito e a obrigatoriedade de realização de necropsias serão temas de discussão da câmara, que se reúne em 5 de agosto com diretores clínicos dos grandes hospitais de Curitiba.

Jornadas de telepatologias recomeçam no 2º semestre

O segundo semestre deste ano terá quatro edições de telepatologia, uma cada mês a partir de agosto. A primeira videoconferência vai ocorrer no dia 11 de agosto, com transmissões já confirmadas para Curitiba e Maringá. A autópsia on-line é realizada no Serviço de Anatomia Patológica da Faculdade de Medicina da USP, sendo dirigida a professores, médicos e estudantes.



O último evento de telepatologia foi realizado na Santa Casa.

O convênio celebrado há dois anos pelo Conselho Regional de Medicina do Paraná com o Departamento de Tele-Educação da USP já possibilitou a realização de vários eventos de telepatologia, com algumas das edições também tendo transmissão para Londrina, além de Curitiba e Maringá. Cascavel deve ser a próxima região a ser incluída no roteiro, já que também abriga uma escola médica.

Até o começo deste ano, as jornadas eram realizadas a cada duas semanas. A partir da renovação do convênio, a primeira etapa ocorreu em 5 de maio. A segunda, no dia 2 de junho, teve cerca de 30 participantes em Curitiba e cerca de 40 em Maringá. Em julho houve recesso face ao período de férias escolares. Também em dezembro o programa de tele-educação não estará ativo.

O idoso, tema de debate médico

Discutindo o idoso. Este será o tema do programa de debates sobre bioética e outros assuntos médicos que a Associação Médico-Espírita do Paraná (AME-Paraná) vai promover em 21 de agosto. O encontro terá lugar no teatro da Federação Espírita do Paraná, em Curitiba (Rua Alameda Cabral, 300), das 20 às 22h. É dirigido a médicos, demais profissionais de saúde e estudantes, que receberão certificado. A entrada é franca, mas os participantes podem colaborar com uma lata de leite em pó, a ser destinada às creches da FEP. A coordenação dos trabalhos cabe aos Prof. Edson Gomes Tristão e Laércio Furlan.

Os palestrantes serão os Drs. Maurílio José Pinto, mestre em Cardiologia e Geriatria pela Universidade de Paris e presidente da Fundação de Apoio e Valorização do Idoso (FAVI), e Gilmar M.C. Calixto, médico geriatra e professor da PUC-PR. Eles vão abordar, respectivamente, as questões “O idoso na família e na sociedade – Velhice: benção ou



castigo” e “O idoso sadio e o doente – Doença de Alzheimer”.

Em março, o tema colocado em debate foi “Paciente terminal e o direito de morrer”, evento que teve mais de 400 participantes. Em 19 de junho, o assunto abordado foi “O impacto das DST na família”. Participaram como palestrantes os Prof. José Luiz de Andrade Neto e Newton Sérgio de Carvalho. O evento foi mais uma vez dos mais concorridos.

Inf.: (0xx41) 262-2136.

Bioética e reprodução assistida

Mário Antônio Sanches (*)

O avanço científico que possibilitou a reprodução humana assistida, mais especificamente a fertilização *in vitro*, consolidou alguns de seus aspectos nestes últimos 25 anos, mas também causou polêmica e provocou dilemas éticos novos e ainda não resolvidos. É necessário destacar que 25 anos pode ser bastante na vida de uma pessoa, mas é pouco tempo para que novas e desafiantes realidades sejam adequadamente avaliadas, e que posições éticas a seu respeito sejam desenvolvidas e amplamente aceitas.

A bioética, como disciplina que surge exatamente para avaliar o impacto do avanço tecnológico, particularmente no âmbito das bio-ciências, sobre a vida humana, tem desenvolvido reflexões interessantes a respeito da reprodução assistida. A bioética não endossa uma única posição sobre temas polêmicos, por causa do necessário respeito à diversidade cultural e religiosa, mas promove o debate e a análise crítica das posturas assumidas.

Não há dúvida que o profissional de saúde, corretamente orientado pelo princípio da beneficência, busca o bem estar do casal ao lhe assistir, amparar e instrumentalizar no sentido de viabilizar o desejo e a decisão de ter filho. O serviço de reprodução assistida é mais um serviço de saúde, que pode promover vida, realização humana e superação de limites biológicos.

Não há dúvida de que o casal tem autonomia para tomar as decisões que envolvem os diferentes aspectos de todo o processo de busca ou não do serviço de reprodução assistida. Não podemos promover uma ditadura da tecnologia que pressiona os casais inférteis a buscarem necessariamente a reprodução assistida, nem podemos pressionar os casais

a optarem por soluções que eles não desejem nem se sintam em condições de assumir. Os casais precisam ser informados, científica, técnica e eticamente, para que a decisão a ser tomada seja a mais consciente possível.

Todos que se aproximam das conquistas realizadas neste campo ficam maravilhados com a insistência e persistência de inúmeros pesquisadores, com a dedicação dos profissionais, com a garra e firmeza dos casais que buscam tais serviços e por fim com o encanto dos resultados, como o nascimento de bebês longamente esperados e profundamente desejados pelos pais e mães. Neste momento uma boa reflexão cristã nos diz que o ser humano cumpre de fato o seu papel de co-criador, que recebeu do Criador a missão de levar a criação à plenitude.

Esta visão positiva e otimista da reprodução assistida não pode esconder ou acobertar os problemas e dificuldades existentes. Não cabe à bioética barrar o avanço da reprodução assistida, mas é necessário indicar caminhos para que tal serviço de saúde seja realizado dentro dos padrões éticos aceitáveis pelas pessoas envolvidas e por toda a sociedade.

Os problemas éticos mais sérios levantados pelos atuais métodos da reprodução assistida são: possível desvinculação entre

reprodução e sexualidade humana, a produção de embriões supranumerários e a redução embrionária. Entre outras questões também merecem um estudo adequado: o anonimato dos doadores (ou vendedores) de gametas, o redesenhar das relações familiares, a utilização das técnicas disponíveis como pressões ideológicas sobre casais inférteis, o reforço social da infertilidade como problema.

A quase total ausência de legislação a respeito da reprodução assistida no Brasil, mostra que a nossa sociedade tem dificuldade de promover o debate e tomar decisões que regulamentem o assunto de maneira equilibrada. Proibir totalmente, ou permitir sem restrições a reprodução assistida, são posições que não promovem os autênticos interesses dos envolvidos, nem respeitam a diversidade da sociedade brasileira. Sem querer cegamente apoiar uma outra posição, gostaria de concluir, para incentivar o debate, com uma pergunta: por que temos dificuldade de promover o debate sobre reprodução assistida no Brasil?

(*)**Mário Antonio Sanches**
é coordenador do Núcleo de Estudos Bioética da PUC-PR e membro da Câmara Técnica de Bioética do CRM-PR

Bioética: ciência e transcendência



O Prof. Mário Antonio Sanches, que integra a Câmara Técnica de Bioética do Conselho de Medicina do Paraná, lançou em 19 de maio último, em Curitiba, o livro "Bioética: ciência e transcendência". A obra foi editada pela Loyola (www.loyola.com.br). A noite de autógrafos ocorreu no anfiteatro Alceu Amoroso Lima, na PUC-PR, onde o Dr. Mário Sanches também proferiu palestra sobre o tema "Bioética e a Dignidade Humana". Em sua fala, o professor da Pontifícia Universidade Católica ressaltou que o avanço nas biociências expõe o ser humano a situações inusitadas, com novas ameaças à sua dignidade. Ainda de acordo com o Dr. Sanches, "a bioética tem se apresentado como o espaço interdisciplinar onde a dignidade humana é repensada a cada dia e precisa ser reafirmada a cada nova experiência".

Jornada em Londrina

A 25.ª Jornada de Bioética do Conselho de Medicina foi realizada nos dias 3 e 4 de junho, em Londrina, juntamente com a 2.ª Jornada do Comitê de Bioética do Hospital Universitário. "Bioética e sujeitos vulneráveis sociais, morais e em pesquisas" foi o tema central dos eventos, que foram centralizados no anfiteatro do HURNPR. As jornadas tiveram a participação de renomados palestrantes, dentre eles o presidente da Sociedade Brasileira de Bioética, Prof. Volnei Garrafa, e o presidente da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (Conep) e membro da Comissão Internacional de Bioética da Unesco, Willian Saad Hosnne.

O tema da fala do Prof. Volnei Garrafa foi "Bioética e sujeitos vulneráveis sociais". Atuaram como debatedores os conselheiros do CRM Gerson Zafalon e Carlos Ehlke Braga Filho. O Prof. Mário Antônio Sanches, da Câmara de Bioética do Conselho e do Comitê da PUC-PR discorreu sobre os "Vulneráveis morais", sendo debatedores os Dr. Leonardo Prota e Lourenço Zancanaro. "Vulneráveis em pesquisa" foi o assunto do Dr. William Hosnne, que teve a contribuição nos debates do Prof. Cícero Urban e do presidente do CRM, Donizetti Giamberardino Filho.

Em sua conferência, o presidente da Conep chamou a atenção para o conteúdo da Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, que é categórica ao expressar que "nenhuma pesquisa científica realizada no país pode usar um ser humano como 'cobaia' sem consentimento por escrito do indivíduo". O palestrante assinalou que, mesmo considerando a existência dessa norma como um grande avanço no Brasil, autoridades de bioética ainda se preocupam com a manipulação de pessoas por pesquisadores. "Pensadores da área estão atentos para o que classificam como 'sujeitos vulneráveis em pesquisas'. O termo engloba os indivíduos cujo poder de decisão para autorizar seu uso em pesquisas, por alguma circunstância, se torna questionável. Os números comprovam a importância de se cercar o tema de cautela", insistiu o Prof. Willian Hosnne, lembrando que, no ano passado, cerca de 15 mil projetos de pesquisa usando seres humanos foram executados no Brasil, envolvendo quase meio milhão de pessoas.



José Eduardo de Siqueira, Volnei Garrafa, Francisco Eugênio de Souza (diretor do Hospital Universitário) e Donizetti Giamberardino Filho.

Campo Mourão será sede da 26ª Jornada de Bioética do Conselho

As Jornadas de Bioética do Conselho Regional de Medicina do Paraná para o segundo semestre começam a ser cumpridas no dia 20 de agosto, com a etapa de Campo Mourão. A Câmara Técnica de Bioética já programou edições para Maringá, Toledo, Foz do Iguaçu e Curitiba, que serão realizadas de setembro a novembro. No primeiro semestre, o CRM levou as jornadas para Santo Antônio da Platina, Cascavel e Ponta Grossa, todas em parceria com a Associação Médica do Paraná, além de Londrina, num grande evento com a participação do Comitê de Bioética do Hospital Universitário, UEL e Sociedade Brasileira de Bioética.

A 26ª Jornada de Bioética, em Campo Mourão, terá como palestrantes os conselheiros Gerson Zafalon e Luiz Sallim Emed. Eles vão abordar questões como uso adequado dos exames complementares, atestado de óbito e princípio da autonomia. Será às 20h em local a ser confirmado. Em Maringá, a 27ª Jornada vai ocorrer na noite de 16 e manhã de 17 de setembro. Os palestrantes serão os Prof. José Eduardo de Siqueira e Mário Sanches, integrantes da Câmara Técnica de Bioética. Estarão em destaque os temas "Bioética e Ciência" e "Bioética e Teologia". Os trabalhos serão desenvolvidos na sede da Delegacia Regional de Maringá, extensivos a médicos, estudantes, profissionais de saúde e advogados.

Em Toledo, a 28ª Jornada vai

ocorrer às 20h de 21 de outubro na sede da Associação Médica. O conselheiro Carlos Ehlke Braga Filho e o Prof. Cícero de Andrade Urban falarão sobre uso adequado de exames complementares e atestado de óbito. Programa idêntico será cumprido na noite de 22 de outubro pelos dois integrantes da Câmara Técnica de Bioética do Conselho. O local dos trabalhos ainda será definido.

"Bioética na prática clínica" será o tema central da 29ª Jornada, que terá lugar no auditório da sede do Conselho de Medicina, em Curitiba, no dia 19 e 20 de novembro. Estarão envolvidos profissionais de medicina, enfermagem, fisioterapia, psicologia e direito, além de estudantes das diversas áreas. Serão analisadas questões como "Interrupção antecipada da gestação", "Dilemas bioéticos em pacientes críticos", "Proporcionalidades terapêuticas" e "Responsabilidades nas ações profissionais de saúde". Entre os conferencistas convidados estão os Prof. Diaulas Costa Ribeiro, Álvaro Réa Neto e Leocir Pessini. Diaulas é promotor, professor titular de Direito Penal da Uniplac/DF e pesquisador da Universidade Católica Portuguesa. Réa Neto é professor do Departamento de Clínica Médica da UFPR e chefe da UTI-Adulto do Hospital de Clínicas. O padre Leocir Pessini é do Centro Universitário São Camilo e autor de obras como "Fundamentos da bioética", "Morrer com dignidade", "Eutanásia e América Latina – questões ético-teológicas" e "Solidários na doença: subsídios

para doentes e agentes".

Está sendo viabilizada, ainda, a realização de videoconferência com o Prof. Gonzalo Miranda, uma das maiores autoridades mundiais em bioética. Teólogo e filósofo de origem espanhola, ele coordena o Centro de Bioética da Universidade de Roma, sendo autor de várias obras e

colaborador de revistas especializadas em bioética. "Desafios da Bioética no século XXI" é o tema proposto para a palestra, que pode ser realizada on-line de Roma.

A programação e os locais das jornadas ainda serão ratificados. Informações complementares com Cristina, no CRM – 0xx41 240.4000.



Cícero Urban e Gerson Zafalon, da Câmara de Bioética.

Debate levado a várias regiões

Quatro Jornadas de Bioética foram realizadas em cidades paranaenses no período de abril a junho, colocando em debate temas atuais e de relevância para o médico e para a sociedade. Este é o terceiro ano de realização de jornadas descentralizadas, permitindo que profissionais de todas as regiões do Paraná pudessem debater assuntos do cotidiano e dilemas da prática médica.

Futura sede de mais uma Delegacia Regional do Conselho Regional de Medicina, a cidade de Santo Antônio da Platina, no Norte Pioneiro, recebeu a 22ª Jornada nos dias 23 e 24 de abril. A programação científica foi compartilhada com a 39ª Jornada Médica da Associação Médica do Paraná. A conselheira Célia Inês Burghardt abordou o tema "Ética no pronto atendimento", enquanto o Prof. Carlos Ehlke Braga Filho discorreu sobre "Atestado de óbito – direito e deveres do médico". Os palestras da AMP colocaram em debate os temas "Atualização no tratamento da enxaqueca", "Tratamento atual do diabetes tipo 2" e "Visão atual das hepatites".

A Associação Médica de Cascavel foi sede, nos dias 7 e 8 de maio, da 23ª Jornada de Bioética do Conselho de Medicina e da 40ª Jornada da AMP. Gerson Zafalon Martins e Cícero Urban, da Câmara Técnica de Bioética do CRM, colocaram em debate os temas "Ato médico" e "Eutanásia". Pela AMP, os assuntos abordados foram "Diferenças diagnósticas x diagnósticos difíceis", "Solicitação racional de exames complementares", "O idoso e a cirurgia" e "Envelhecimento normal x patológico".

Nos dias 21 e 22 de maio foi a vez de Ponta Grossa receber a sua Jornada de Bioética, a 24ª, sendo palestrantes os Prof. Carlos Ehlke Braga Filho e Cícero Urban. A autonomia do paciente nas decisões médicas e o direito do médico foram as questões debatidas. Pela 41ª Jornada da AMP, os temas apresentados foram "Solicitação racional de exames complementares – Desafio ou Obrigação", "Complicações e soluções nas cirurgias do idoso" e "O papel e as perspectivas do Associativismo no Brasil".

A Jornada de Bioética de Cascavel teve ampla participação.



Participantes da Jornada levada a Ponta Grossa.



Parceria estimula prevenção do câncer

O Conselho Regional de Medicina e a Seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil está na iminência de colocar em prática, em Curitiba, o projeto Saúde da Mulher, um trabalho itinerante de prevenção de câncer de mama e de colo do útero. A proposta foi viabilizada a partir do termo de cooperação celebrado há cerca de dois anos pelas duas entidades e tende a ganhar uma projeção social e de prevenção de doenças ainda mais ampla, já que outras instituições técnico-assistenciais, de voluntariado e públicas, como as Secretarias Municipais (Curitiba) e Estadual de Saúde, acenam com o engajamento nas ações.

A primeira reunião visando discutir o projeto foi realizada na sede do CRM, em 19 de maio. Hélcio Bertolozzi Soares, vice-presidente do Conselho e ex-presidente da Sogipa, reuniu-se na ocasião com as advogadas Sandra

Lia Bazzo Barwinski e Elis Raquel Sari Fraga, da Comissão da Mulher Advogada da OAB-PR e encarregadas de desenvolver o projeto Saúde da Mulher. Inicialmente, a proposta estava voltada à prevenção do câncer de mama e iria envolver somente mulheres advogadas da Capital. A OAB

iria se encarregar de reformar e transformar um ônibus em ambulatório, enquanto o Conselho viabilizaria os serviços médicos em forma de voluntariado. O trabalho itinerante, periódico, teria os prédios do Judiciário no roteiro e visaria prestar atendimento às advogadas. A partir de entendimento entre as diretorias das duas entidades, vislumbrou-se a perspectiva de ampliar



Cons. Hélcio Bertolozzi e advogadas representantes da OAB.

os serviços preventivos e, numa etapa seguinte, de utilizar a estrutura em benefício da população carente, criando roteiro adicional nos bairros da periferia da Capital. A conselheira Raquele Rotta Burkiewicz, que está coordenando o projeto na esfera do CRM, já contactou centros de residência médica e órgãos públicos para assegurar o suporte necessário ao programa de prevenção, o que inclui material educativo para distribuição.

Conselho prorroga inscrições para prêmio de monografia ética

As inscrições para o 15.º Prêmio Monografia de Ética Médica foram prorrogadas para 6 de setembro, até às 18h, conforme decisão da diretoria do CRM-PR. O prazo terminaria em 2 de agosto, mas foi revisto em decorrência de vários pedidos formulados nas últimas semanas. O tema deste ano é "Células-tronco e a ética", que tem despertado amplo interesse da comunidade científica, da sociedade e de correntes religiosas. Os trabalhos postados até a nova data serão apreciadas em meados de setembro pela comissão julgadora, formada por integrantes da Academia Paranaense de Medicina. A premiação vai ocorrer durante os festejos do Dia do Médico, em outubro.

O autor da monografia selecionada em primeiro lugar receberá prêmio em dinheiro (R\$ 2 mil) e certificado pela contribuição à pesquisa e à atividade médica. O trabalho também será publicado na Revista Arquivos, do Conselho de Medicina, a exemplo do segundo selecionado, cujo autor receberá prêmio de R\$ 1 mil. À comissão julgadora é facultada a opção de atribuir menção honrosa ao autor de outro trabalho selecionado.

O concurso foi instituído pelo CRM em julho de 1987, sendo o de maior continuidade no meio médico brasileiro. A primeira edição ocorreu em 1988, com o tema "Esterilização", tendo a partir de então somente dois anos de receso. Os assuntos sempre foram da maior relevância e atualidade no meio médico. Em

1997, por exemplo, já abordava a "Manipulação genética e a ética médica", enquanto a edição de 1999 colocou em discussão "Aborto, direito da mulher?". No ano passado esteve em discussão "O médico na moderna sociedade do Século XXI".

As monografias devem conter um mínimo de 20 e um máximo de 30 laudas, em três vias, digitadas na fonte Arial 12, em espaço duplo e face única da folha. Pode abrigar material ilustrativo. A parte externa do envelope com o trabalho deve conter somente o título escolhido e o pseudônimo do autor. A íntegra do regulamento está no site do Conselho e informações complementares podem ser obtidas pelos fones (0xx41) 240-4000/240-4033/240-4022 ou por e-mail (diretoria@crmpr.org.br).

Anencefalia e doação de órgãos

O Conselho Federal de Medicina promoveu no dia 16 de junho, em sua sede em Brasília, o "Fórum nacional sobre anencefalia e doação de órgãos". O evento precedeu o julgamento realizado pelo Supremo Tribunal Federal, que concedeu liminar autorizando o aborto de fetos com anencefalia. O encontro reuniu algumas das maiores autoridades dos meios médico e jurídico do país e despertou para amplo debate em decorrência das implicações bioéticas, legais e sociais que envolvem o tema. Um dos aspectos discutidos foi o de que anencéfalos, sem qualquer possibilidade de sobreviver, não podem ter seu diagnóstico de morte estabelecido pelos critérios atuais, num contraste com outras crianças morrendo pela ausência de doadores de órgãos.

A posição do CFM foi manifestada através do processo-consulta n.º 1.839/1998, originado por questionamento do Ministério Público do Paraná sobre anencefalia e transplante. O parecer final do relator de vista, cons. Marco Antônio Becker, que complementa o trabalho do relator cons. Sérgio Ibiapina Ferreira Costa sobre o uso de órgãos de anencéfalos para transplante, foi aprovado na sessão plenária do Conselho de 9 de maio do ano passado, como Parecer 24/2003. O relator assinala que se trata de "ente com incompatibilidade vital por não possuir a parte nobre e vital do cérebro" e que, uma vez autorizado formalmente pelos pais, "o médico poderá proceder ao transplante de órgãos do anencéfalo após a sua expulsão ou retirada do útero materno".

O fórum em Brasília reuniu, dentre outras autoridades, o ministro Nilmário Miranda, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça; Dr. Diáulas Costa Ribeiro, Promotor-Chefe da Promotoria do Pró-Vida; Dr. Roberto Soares Schlindwein, coordenador geral do Sistema Nacional de Transplantes; Dr. Willian Saad Hossne, coordenador do Conselho Nacional Ética em Pesquisas; Prof. Volnei Garrafa, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; Dr. Edmundo Chada Baracat, presidente da Febrasgo; Dr. Dioclésio Campos Júnior, presidente da Sociedade Brasileira de Pediatria; e a Dra. Maria Valeriana de Moura Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira de Neurologia Infantil.

Conselhos Regionais de Medicina de todo o país estiveram representados no debate. Pelo Paraná, participaram os conselheiros Donizetti Giamberardino Filho, Hélcio Bertolozzi Soares, Gerson Zafalon Martins e José Luís de Oliveira Camargo, além do Prof. Carlos Eduardo Soares Silvado, da Comissão Técnica em Transplantes de Órgãos/Critérios para Determinação de Morte Encefálica, do CRM-PR. A partir das considerações do Fórum, será possível subsidiar a elaboração de resolução do CFM, a ser apreciada em plenária.

Fórum em Brasília vai subsidiar resolução a ser elaborada pelo Conselho Federal.



Decisão judicial autoriza o aborto nos casos de anencefalia

A realização de aborto nos casos de anencefalia deixou de ser crime e de depender de autorização judicial desde 1.º de julho, por força da concessão de liminar pelo ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal. A decisão foi sucedida de uma série de interrupções de gravidez (para tal anomalia) registradas em várias partes do país, o suficiente para acirrar a histórica polêmica que envolve concepções médicas, éticas e religiosas. O julgamento do mérito da questão deve ser apreciado em agosto e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil já entrou em rota de colisão com o STF, impetrando recurso para reivindicar o direito de oferecer seus argumentos, o que é pouco provável que possa ocorrer na visão de juristas.

No meio médico, a corrente que prevalece é a de anuência à decisão do STF, considerando que há uma década e meia tem se buscado, via judicial, autorização para realização de aborto nos casos de anencefalia, já que não têm a menor possibilidade de sobrevivência aos bebês e ainda impõe graves problemas físicos e emocionais às mães. Embora o Código Penal só autorize a interrupção de gravidez em duas situações – quando a concepção resultar de estupro e quando a gestante estiver sofrendo risco de vida –, para justificar a decisão o ministro recorreu à chamada “interpretação extensiva”. Além de se basear nas evidências científicas, que atestam sem margem de erro a certeza de não haver continuidade de vida para anencéfalos, o ministro Marco Aurélio de Mello fixou que “manter a gestação resulta em impor à mulher e sua família danos à integridade moral e psicológica”.

De acordo com dados do Ministério da Saúde, ocorrem por ano, em média 616 óbitos de bebês sem cérebro. E, por causa da morosidade da Justiça e dos recursos impetrados por entidades católicas, sobretudo, as autorizações para aborto têm sido concedidas depois do parto e, quase sempre, quando a morte já foi confirmada. Algumas das ações ocorreram no Paraná e tiveram a participação do Conselho de Medicina, que atendeu a pedidos feitos por representantes legais das pacientes. Um dos casos ocorreu em 2003 no Hospital de Clínicas UFPR, o maior do Estado e que agora está apto para realizar o procedimento. No Evangélico, este ano 2004, já foram feitos quatro abortos de anencéfalos, com autorização judicial, conforme o Prof. Augusto Beduschi, titular de obstetrícia da Universidade Evangélica de Curitiba.

Repercussão no Paraná

Nada menos do que 2 mil autorizações para interromper a gravidez de paciente com fetos que sofrem de graves anomalias foram concedidas no país, no período de 1989 a 2001, conforme indica a pesquisa realizada pelo Prof. Thomaz Rafael Gollop, livre docente em Genética Médica da USP e diretor do Instituto de Medicina Fetal e Genética Humana de São Paulo. Do total, cerca de 70% eram casos de anencefalia. De acordo com o trabalho do pesquisador, a primeira concessão ocorreu em 1989 no município de Ariquemes, Rondônia. Contudo, a maioria dos alvarás (cerca de 580) foi emitida na capital paulista, sendo o primeiro em 1993, pelo próprio Prof. Thomaz Gollop. Ele estima que, em números atualizados, são cerca de 3 mil as autorizações no país, lembrando que a estatística é prejudicada

porque não há uma ampla informatização das instâncias judiciais.

No Paraná, a primeira autorização para aborto de anencéfalo ocorreu em 1992 e seria a segunda do país, embora tenha gerado muito mais repercussão. Foi concedida em Londrina pelo juiz Miguel Kfourri Neto, hoje no Tribunal de Alçada do Paraná e morando na Capital. Autor de várias obras e palestrante renomado de assuntos médicos, o magistrado diz que não esperava que aquela decisão levantasse tanta polêmica na época. Católico, Kfourri Neto entende que um juiz não pode impor sua convicção religiosa às partes julgadas. “A decisão deve ser da mãe”, afirma, lembrando que demorou nove dias para estudar o caso e que sua decisão foi calcada mais na bioética do que no Código Penal Brasileiro, que é de 1941. O aborto foi realizado um dia depois da autorização e a Igreja não se pronunciou.

Desde aquela época, o juiz vem se dedicando a estudar mais a fundo o tema e até já publicou dois livros a respeito: “Responsabilidade Civil do Médico” e “Culpa Médica e Ônus da Prova”, ambos da Editora Revista dos Tribunais. O médico geneticista Salmo Raskin compartilha da opinião do magistrado: “Sou a favor do direito da mãe escolher e não do Estado”. Reforça que a anencefalia ocorre quanto o feto não tem uma parte do cérebro e que inexistente chance de continuidade de vida fora do útero.

O bispo auxiliar de Curitiba, dom Ladislau Biernaski, assevera que a Igreja Católica é contrária à interrupção da gravidez, mesmo em casos de anomalia no feto. “Nós defendemos a vida como valor absoluto. Isso vale mesmo para uma vida que não tenha esperança”, diz. O religioso res-

salta que ninguém é eterno e que “a vida, para muitos, é breve”. Na 1.ª Conferência Nacional de Política para as Mulheres, realizada em julho em Brasília, com cerca de 2 mil participantes, a legalização do aborto e a garantia do atendimento médico desses casos nos postos de saúde foram dois dos pontos aprovados.

Quarto do ranking

No mapa traçado pela Organização Mundial da Saúde, o Brasil ocupa o quarto lugar em nascidos com anencefalia, registrando 8,62 casos por 10 mil nascimentos. O levantamento foi feito com 52 registros de 41 países, em 5 continentes. Os dados estudados se referem ao número de nascidos vivos ou mortos, entre 1993 e 1998. O País está atrás apenas do México, Chile e Paraguai. Na outra ponta, estão países como Croácia, França, Suíça e Bélgica, que permitem a interrupção e têm como consequência números muito baixos desses nascimentos – cerca de 0,1 por 10 mil.

“Atualmente, só países em desenvolvimento e islâmicos não dão esse direito à mulher. A legislação foi adequada até em países muito católicos, como a Itália”, reforça o Prof. Thomaz Gollop. “A decisão caso a caso, além de morosa e desgastante para cada paciente, sobrecarrega

o judiciário. Podemos afirmar que, nestes últimos 11 anos, firmamos jurisprudência nesta questão. Pensamos ter chegado a hora de contemplar a sociedade brasileira com um instrumento jurídico moderno que permita às pacientes tomar a decisão de manter ou interromper essas gestações, dentro dos mais elevados princípios de ética”, afirma o médico. Na sua opinião, de nada adianta a mais moderna medicina ao alcance da paciente se depois, feito um diagnóstico desfavorável, ela acabar optando por um aborto clandestino. Com a liberação pela justiça, a paciente deixa de ter o sentimento de estar cometendo um crime. “Além disto poderá ela usar os recursos de hospitais tanto públicos quanto privados com atendimento médico adequado”, completa o Prof. Thomaz Gollop.

Uruguai veta

O Senado uruguaio rejeitou, no primeiro semestre, projeto que lei que poderia ter feito do país o primeiro da América Latina a legalizar o aborto. O texto, rejeitado por 17 votos a 13, previa que a gravidez poderia ser interrompida até a 12.ª semana e que o procedimento seria feito, gratuitamente, na rede pública ou privada. Mesmo que passasse pelo legislativo, o presidente Jorge Batlle já tinha anunciado que iria vetar a proposta.

Seminário discute aborto legal

Discutir a interrupção da gestação, em caso de violência sexual, é o objetivo do Seminário sobre Aborto Legal, que vai ocorrer em 27 de agosto no auditório da sede do CRM. O debate é de alcance do programa municipal que coordena o atendimento às vítimas nos hospitais de referência de Curitiba. O evento será dirigido a profissionais da área da saúde e contará com a participação de representantes do CRM, Ministério Público, IML, Sogipa, SPP, UFPR. Interessados contatar com Vera Lúcia Alves de Oliveira e Hedi Muraro pelos telefones (0xx41) 338-9466 e 9975-7494. Confira a programação completa no site do Conselho.

Boleto da anuidade

Médicos que estejam em atraso com as anuidades de 2003 ou de 2004 podem regularizar a situação extraindo o respectivo boleto bancário no site do CRM-PR (www.crmpr.org.br). Basta indicar o CRM. Os valores estão atualizados.

Homenagem ao Dr. Bartholomeu



O médico e professor Bartholomeu Lisboa (CRM 321) recebeu o título de Cidadão Honorário do Paraná, em cerimônia realizada dia 6 de junho na Assembléia Legislativa. Paulista de nascimento, está radicado em Ponta Grossa desde que se graduou em Medicina pela Federal, em 1952. Exemplo de profissional comprometido com as causas solidárias, em 1965 ele já tinha recebido a Cidadania do município. Na solenidade do Dia do Médico do ano passado, o Dr. Bartholomeu, que tem 78 anos, recebeu o Diploma de Mérito Ético-Profissional, distinção que alcança médicos com pelo menos 50 anos de trabalho exemplar. A Cidadania do Paraná foi proposta pelo deputado estadual Plauto Miró Guimarães, em reconhecimento a atuação em prol da medicina nos Campos Gerais. A proposição foi acolhida por unanimidade de votos dos parlamentares.

Honra ao Mérito

O Diploma de Honra ao Mérito foi conferido pela Assembléia Legislativa ao Dr. Fábio Said Salum, cirurgião do Hospital Infantil Pequeno Príncipe e membro da Sociedade Brasileira de Cirurgia Vasculár. O médico é chefe da equipe responsável pela primeira cardiopediátrica realizada com sucesso no Paraná e Santa Catarina. Formado em 1973 pela Universidade de Nova Iguaçu, ele tem 55 anos de idade. A solenidade ocorreu na tarde de 21 de junho e foi prestigiada por representantes do Conselho de Medicina, incluindo presidente Donizetti Giamberardino Filho.

Atendimento humanizado

O Ministério da Saúde premiou, no final de junho, 16 instituições de

saúde por seu trabalho de humanização da esfera do SUS. Ao todo foram distinguidos com o Prêmio David Capistrano seis projetos em fase de implantação e mais oito ações bem-sucedidas. Na região Sul, foram exaltadas a iniciativa "Policlínica Municipal", de Londrina, na categoria novo projeto, e a ação exitosa "Acolher Chapecó", de Chapecó (SC). Ao todo foram inscritas 671 instituições de todo o país, avaliadas pela Comissão Nacional de Avaliação. O prêmio está inserido na Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS.

Solidariedade

A Federação Nacional das APAEs, entidade filantrópica sem fins lucrativos, está implementando uma campanha de venda de assinatura de sua revista mensal, visando ampliar a arrecadação de fundos em prol dos cerca de 230 mil alunos das 2 mil associações existentes no país. A revistinha "Amigos da APAE" é dirigida principalmente ao público infantil, com desenhos e passatempos educativos. O custo anual do gibi é de R\$30. As assinaturas podem ser feitas pelo 0800 7071303 ou pelo site (www.amigosdaapae.com.br). Em ofício encaminhado ao CRM, o presidente da Federação, Luiz Alberto Silva, esclarece que, além de gerar recursos para amenizar as dificuldades do movimento, a campanha propõe estimular o desenvolvimento da comunicação, do companheirismo e respeito à pessoa portadora de deficiência, contribuindo para a sua inclusão social.

Gerenciamento de resíduos

Os estabelecimentos de saúde têm até o dia 15 de dezembro de 2004 para se adequarem à Resolução - RDC n.º 33, de 25 de fevereiro de 2003, que prevê a aplicação do Plano de Gerenciamento dos Resíduos de Serviços de Saúde. O prazo, que vencia em 15 de julho de 2004, foi prorrogado pela Resolução - RDC n.º 175, de 13 de julho último. O objetivo da Anvisa é harmonizar as medidas com o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) de maneira a estabelecer um padrão seguro a ser seguido pelos geradores de resíduos. O plano visa minimizar a produção e encaminhar, de forma segura e eficiente, os resíduos gerados, para proteger os trabalhadores, preservar a saúde pública, os recursos naturais e o meio ambiente.

Medidores de pressão

A Anvisa proibiu o uso de aparelhos artesanais para medir pressão inter-

arterial em procedimentos invasivos da área de cardiologia, em hospitais e outros serviços de saúde. Os aparelhos, feitos com baixo custo a partir de tubo de vidro graduado no formato de um "J" e mercúrio, podem expor pacientes e profissionais de saúde ao mercúrio e seus gases, que são cancerígenos. A medida foi adotada a pedido da Coordenação de Saúde do Trabalhador.

Palestra em Guarapuava



A Delegacia Regional do CRM-PR em Guarapuava, em parceria com a Associação Médica e a Unimed, promoveu um encontro para debater o tema "Atestados Médicos e de Óbito". A palestra ocorreu na noite de 24 de junho, no auditório da Unimed-Guarapuava, sendo ministrada pelo conselheiro federal e tesoureiro do CRM, Gerson Zafalon Martins. Participaram 42 médicos da região, que puderam sugerir e debater sobre outros temas relacionados à ética médica.

Júri popular por erro médico

Pela primeira vez na história forense brasileira um médico poderá ser levado a júri popular em acusação gerada por erro profissional. Marcelo Caron foi pronunciado por dolo eventual no caso das mortes de Graciela Murta e Adcélia Martins, ocorridas em janeiro e fevereiro de 2002, em Brasília. A denúncia contra o médico cassado foi feita pelo promotor Diaulas Ribeiro. A juíza Lilian Bastos de Paulo, do Tribunal de Taguri-tinga (Cidade Satélite), acolheu no início de julho último a argumentação de que Marcelo Caron aceitar o risco de matar ao realizar cirurgias para as quais não tinha qualificação. Caso a decisão não seja revista em instância superior, Marcelo Caron pode, se condenado, receber pena mínima de 12 anos por homicídios e mais dois anos pelo exercício ilegal da profissão. Respondendo ainda pela morte de outras três mulheres em Goiás, o falso cirurgião plástico aguarda julgamento em liberdade, residindo em S. José do Rio Preto (SP).

Restrição a óticas

A Secretaria Municipal de Saúde de

Curitiba editou, na segunda quinzena de junho, resolução que proíbe as óticas da capital a realizar exames oftalmológicos, testes com lentes de contato e vender medicamentos ou outros produtos não conceituados como artigos óticos. As lojas têm prazo de 90 dias para se adequarem à legislação, sob pena de sanções previstas no Código de Saúde de Curitiba. Ainda conforme a norma, as óticas não podem ter equipamentos para exames oftalmológicos, sendo permitidos somente os aparelhos destinados a reparos e ajustes. O responsável técnico pela loja – o prático em ótica – somente poderá responder por um único ponto de venda.

Mulher e contracepção

Com uma linguagem clara e bem-humorada, o ginecologista José Bento de Souza, do Hospital Albert Einstein em São Paulo, lançou o livro *Mulher e contracepção – evolução e conquista*. A intenção é contar, nas 62 páginas do livro, a história da contracepção desde a Antigüidade, buscando sensibilizar as adolescentes para a importância de escolherem com cuidado o seu contraceptivo. De acordo com dados do IBGE, o tema é bastante atual pois em 10 anos o número de gestantes com idade entre 15 e 19 anos no Brasil cresceu 12,5%.

A crise na saúde

A crise no setor de saúde pública tem resultado em graves conseqüências no Paraná, traduzidas por hospitais fechados ou fechando, serviços interrompidos e sérios transtornos aos usuários e àqueles que prestam os serviços. Por trás desse quadro, denúncias de recursos aplicados de forma inadequada ou insuficientes nas três esferas de governo e ingerências políticas. Intervenções em hospitais de Paranaguá e Matinhos contrastam com outros da iniciativa privada ou filantrópicas que estão falindo. As limitações no teto financeiro do Estado estão decretando restrições à assistência. Até mesmo em municípios de gestão plena como Maringá e Londrina as decisões políticas ajudaram a estabelecer um quadro sombrio à rede conveniada de serviços.

Atenção

Acesse o site do Conselho para saber sobre banco de empregos e oportunidades profissionais, calendário científico e de eventos, agenda da Diretoria e atividades do CRM, artigos de opinião e outras notícias de interesse do médico.

A homenagem ao Dr. Wadir Rúpollo

O conselheiro Wadir Rúpollo, ex-presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, foi distinguido com especial homenagem na Sede da instituição em Curitiba, na tarde de 29 de maio. A cerimônia, aberta com culto religioso, emocionou as mais de 200 pessoas reunidas no auditório do CRM, entre familiares, amigos e colegas de profissão e outras que, de algum modo, tiveram contato com o médico reconhecido por seu caráter, competência e trabalho ético e solidário. Uma semana antes, o corpo do Dr. Wadir tinha sido velado na mesma Sede cujo projeto começou a planejar ainda na década de 80. Vítima de complicações respiratórias, ele morreu às vésperas de completar 76 anos. Deixou viúva D. Terezinha Arantes Rúpollo e três filhos – Marcos, Emerson e Rogério.

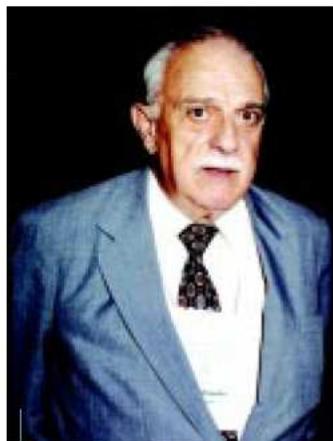
Durante a homenagem, foi exibido o filme institucional “Vale a pena ser médico”, que o Conselho Regional de Medicina do Paraná tinha acabado de concluir. Por seu histórico de integridade e de dedicação à Medicina, o Dr. Wadir Rúpollo ajudou a enriquecer o conjunto de depoimentos, ao lado de outros pares renomados como Ruy Noronha de Miranda, Acir Rachide Abdon Pacheco do Nascimento, este o terceiro

presidente do CRM. “Apesar de do momento de tristeza e de luto, a estréia do clipping foi uma forma de reverenciar um dos grandes expoentes da atividade médica e de irradiar o exemplo de profissional íntegro a todos àqueles que tiverem acesso ao conjunto de depoimentos”, comentou o atual presidente do Conselho, Donizetti Giamberardino Filho.

Histórico

O Dr. Wadir Rúpollo era natural de Espírito Santo do Pinhal (SP), tendo se mudado para Curitiba para estudar. Graduiu-se em Medicina pela Universidade Federal do Paraná, em 1955, mas dois anos antes, ainda enquanto acadêmico, começou a trabalhar e participou da fundação do Hospital Nossa Senhora das Graças (novembro de 1953). Sua dedicação levou-o a ascender a funções de direção no hospital, numa carreira que mereceu especial homenagem por ocasião dos festejos do cinquentenário de fundação do N. Sra. das Graças.

O registro de inscrição n.º 80 atesta o envolvimento do então jovem médico a participar da constituição do Conselho Regional de Medicina do Paraná, no final da década de 50. Foi conselheiro por cerca de duas décadas e depois de ocupar o cargo de vice, passou à presidência em



Dr. Wadir Rúpollo.

maio de 1991. Permaneceu na função até 1995, tendo cumprido importante papel no processo de descentralização das atividades conselhais, com criação de novas Delegacias, além de pregar uma medicina ética, tendo como exemplos o incentivo a projetos como do Prêmio de Monografia Ética e o Diploma de Mérito Ético-Profissional, este voltado a reverenciar os médicos que dignificam a atividade.

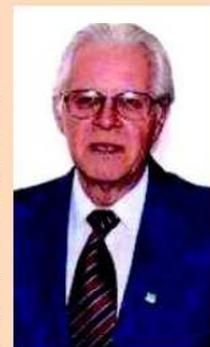
Membro nato do Conselho e reeleito conselheiro, o Dr. Wadir Rúpollo ocupou importantes funções a partir de então, dentre elas a presidência da Comissão de Sede, que levou à construção da “Casa do Médico”, antiga aspiração da classe. Em 2003, na eleição do CRM, foi novamente reconduzido ao cargo de conselheiro. Estudioso e autor de diversos trabalhos científicos, compunha também a Academia Paranaense de Medicina, onde ocupou a presidência no período de 1999 a 2001. Especialista em medicina interna/clínica médica e medicina do trabalho, Dr. Wadir tinha estreita relação com atividades religiosas, sociais e de voluntariado. O ilustre médico, que já empresta o nome ao auditório da moderna Sede da Regional de Maringá, também vai merecer em breve uma homenagem singular do CRM.



Cerimônia religiosa em memória do ex-presidente foi realizada no auditório.

CRM enlutado

A morte do pediatra José Carlos Fernandes (foto), ocorrida no início de julho, deixou enlutada a Medicina paranaense e, em especial, a comunidade de Maringá, onde não só exerceu condignamente a atividade como ajudou a formar médicos comprometidos com os valores mais relevantes da profissão. Docente do Departamento de Medicina da Universidade Estadual de Maringá (atuava na área de cirurgia pediátrica), era também médico dos hospitais Paraná e Santa Rita e integrava o Sindicato dos Médicos de Maringá. Ativo membro da Delegacia Regional do CRM, teve participação efetiva no processo de construção da Sede local e atualmente era o 1.º secretário. Zeca, como era carinhosamente chamado, tinha 62 anos. Era casado com D. Grazia Fernandes e pai de Marcelo e Maria Júlia.



O médico morreu em Salto Del Guairá, cidade paraguaia na fronteira com o Brasil e onde se encontrava a passeio. Foi vítima de morte violenta em circunstâncias ainda não esclarecidas pela polícia dos dois países. O IML de Curitiba está ajudando no trabalho pericial. O sepultamento do médico ocorreu em clima de grande emoção no dia 7 de julho, no Cemitério Parque de Maringá. Dias antes, Maringá já tinha perdido outro médico ilustre, o pioneiro Sallim Haddad.

Homenagem póstuma Ao Dr. José Carlos Fernandes

“Querido Zeca,

Não é a tristeza nossa pela sua ida precoce que motivou este adeus. Quem me convocou para esta despedida foram as centenas de crianças que você salvou com sua habilidade, critério e destreza cirúrgica. Elas me incumbiram de te agradecer pelo que você fez por elas. Por você nunca ter diferenciado doente pobre, rico ou conveniado. Nem a vil remuneração do sistema público e nem a exploração de seu trabalho pelas medicinas de grupo tiraram de você a altivez e o humanismo do verdadeiro médico que você foi.

Conte, meu querido Zeca, aos anjos e arcanjos o quanto você adorava Maringá, apesar da sua fauna habitual e perversa. Conte aos anjos e arcanjos que sua jornada não foi em vão.

Quando trombetas celestiais emitirem algum ritmo dance até a exaustão, porque aqui, quando uma música convidar a dançar, você será doce e festivamente lembrado.

Até um dia companheiro e amigo. Kemel Jorge Chammas”



Durante o ato ecumênico foi exibido o vídeo com participação do ex-presidente.

Gerson e Sallim eleitos para representar o Paraná no CFM

Gerson Zafalon Martins e Luiz Sallim Emed representam o Paraná como conselheiros no Conselho Federal de Medicina. Os integrantes da Chapa 1 receberam 4.286 votos (56%) dos médicos paranaenses. A chapa 2, formada por Mário Ferrari e Sidon de Oliveira, teve 3.343 votos (44%). Computados os votos nulos e em branco, o total de votantes foi de 8.248, ou quase 70% do total de médicos inscritos e que estavam aptos a participar do pleito. Os que não votaram deverão fazer as justificativas no prazo legal de 30 dias, sob pena de infração administrativa com multa pecuniária prevista na Lei.

O resultado da eleição no Paraná já foi oficiado ao Conselho Federal, que terá a incumbência de realizar a homologação. Em outubro, em Brasília, ocorrerá a posse dos conselheiros efetivo e suplente de todos os Estados. Na ocasião, será realizada a plenária que vai indicar a composição da nova diretoria, que inclui a função de presidente, atualmente ocupada por Edson de Oliveira Andrade, do Amazonas. O mandato do novo corpo de conselheiros é de cinco anos, a exemplo do que ocorre nos Conselhos Regionais.

A comissão eleitoral no Pa-

raná foi formada pelos Drs. Duilton de Paola (presidente), Ehrenfried Wittige Luiz Ernesto Pujol. A eleição em Curitiba ocorreu nos dias 21 e 22 de julho, sendo que no primeiro dia, a votação foi centralizada na Sede do Conselho de Medicina, no bairro Vista Alegre e no segundo dia, também na Associação Médica do Paraná, Santa Casa de Misericórdia, Hospital de Clínicas da UFPR e Hospital Evangélico. A escolha decorreu da localização geográfica e visou atender unidades de cada escola médica. Toda votação foi manual. No interior, a eleição foi feita somente por correspondência, sendo computados os votos entregues nos Correios até a tarde de 22 de julho. Os médicos sugeriram que nas próximas eleições sejam utilizadas urnas eletrônicas, não só na capital,

mas também no interior, nas sedes de delegacias regionais e nos grandes hospitais do Estado.

O Paraná foi o último Estado a concluir a apuração dos votos em virtude da solicitação da chapa 2 à Comissão Eleitoral para a conferência dos dados cadastrais de todos médicos que votaram por correspondência, que foi realizada manualmente, ficha por ficha. Assim, o processo de apuração foi lento, começando na segunda-feira, dia 26, e terminando no dia 29. Após a contagem pela junta apuradora, foram computados 4.286 votos para a Chapa 1, sendo 2.195 de médicos da capital e 2.091 no interior. A chapa 2 teve 3.343 votos, sendo 1.879 da capital e 1.464 do interior. Os votos nulos



A sede do CRM concentrou o maior número de votantes.

em branco somaram 619 votos.

Propostas da Chapa 1

- Remuneração médica digna, com implantação da CBHPM
- Defesa do ato médico e não à intromissão aos atos exclusivos da profissão
- Escolas médicas – pelo

ensino de qualidade

- Qualidade de vida para os médicos e melhores condições de trabalho
- União da classe médica, pelo fortalecimento da representatividade em busca de propósitos justos e solidários

RESULTADO

- » 12.644 médicos aptos ao voto
- » 8.248 cédulas apuradas
- » 4.397 votaram na Capital
- » 3.851 votaram por correspondência
- » 399 votos anulados pelo votante
- » 220 votos em branco
- » 548 votos inválidos
- » 4.286 votos para Chapa 1
- » 3.343 votos para Chapa 2



A apuração dos votos foi concluída no dia 29. A Comissão Eleitoral foi presidida pelo Dr. Duilton de Paola (à esquerda).

Conselheiros eleitos nos Estados

(efetivos e suplentes) - Outubro de 2004/outubro de 2009

- Acre - Antonio Clementino da Cruz Júnior e Dilza Teresinha Ambros Ribeiro
- Alagoas - Alceu José Peixoto Pimentel e Edilma de Albuquerque Lins Barbosa
- Amapá - Dardeg de Sousa Aleixo e Edward Eyi Foster
- Amazonas - Edson de Oliveira Andrade e Álvaro Pinto
- Bahia - Bernardo Fernando Viana e Celci de Lima Xavier Nunes
- Ceará - Rafael Dias Marques Nogueira e Albertino Souza
- Distrito Federal - Pedro Pablo Chacel e Luiz Fernando Galvão Salinas
- Espírito Santo - Ricardo José Baptista e Celso Murad
- Goiás - Livia Barros Garçon e Lueiz Amorim Canedo
- Maranhão - Abdon Murad e Antônio de Pádua Silva Sousa
- Mato Grosso - José Fernando Maia Vinagre e Serafim Domingues Lanzieri
- Mato Grosso do Sul - Luiz Salvador de Miranda Sá e Mauricio de Barros Jafar
- Minas Gerais - Geraldo Guedes e Francisco Barreiros Neto
- Pará - Antônio Gonçalves Pinheiro e Cláudio José Dias Klautau
- Paraíba - Genário Barbosa e Teresa Cristina Meyer Ventura da Nóbrega
- Pernambuco - Roberto Tenório de Carvalho e Silvia da Costa Carvalho Rodrigues
- Paraná - Gerson Zafalon e Luiz Sallim Emed
- Piauí - Luiz Nódgi Nogueira Filho e Noé de Cerqueira Fortes
- Rio de Janeiro - Aloísio Tibiriçá Miranda e J. Samuel Kierszenbaum
- Rio Grande do Norte - Rubens dos Santos Silva e Neuman Figueiredo
- Rio Grande do Sul - Marco Antonio Becker e Cláudio Balduino Souto Franzen
- Rondônia - José Hiran da Silva Gallo e Manuel Lopes Lamego
- Roraima - Wirlande Santos Luz e Paulo Ernesto Coelho de Oliveira
- Santa Catarina - Roberto d'Ávila e Elcio Luiz Bonamigo
- São Paulo - Clóvis Francisco Constantino e Isac Jorge Filho
- Sergipe - Josilávio de Almeida Araújo e Henrique Batista e Silva
- Tocantins - Frederico Henrique de Melo e Nemésio Tomasella de Oliveira